

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022



Juiz Leigo

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

FUNÇÃO: JUIZ LEIGO

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Certa consumidora promoveu ação de reparação de danos morais contra loja de departamento alegando ter sido exigida uma quantia de entrada para aquisição da mercadoria em valor maior do que aquele divulgado pela empresa, apesar de não existir restrição ao seu cadastro pessoal. Distribuído o feito no Juizado Especial, o julgador alegou que a reparação de dano moral é causa de maior complexidade e extinguiu a ação sem julgamento do mérito. Considerando o caso hipotético, a ação de dano moral:

- A) Tem a complexidade definida unicamente a critério do juiz.
- B) Envolve a esfera subjetiva do autor cuja aferição é complexa.
- C) Tem sua avaliação balizada pelo critério quantitativo dos Juizados.
- D) Exige análise de elementos técnicos alheios à competência dos Juizados.

Questão 02

Após realizarem transação de direitos disponíveis em audiência de conciliação, as partes chegaram a um acordo reduzido a termo relativo à cobrança de dívida. Posteriormente, o ajuste é homologado pelo juízo competente. Todavia, a obrigação prevista é descumprida pela parte que assumiu o encargo. Na situação descrita, para o cumprimento do documento homologado:

- A) Caberá a imediata penhora dos bens do devedor.
- B) Será necessária a interpelação extrajudicial do devedor.
- C) Deve ser realizado ajuizamento de demanda autônoma.
- D) Deve ocorrer a execução do acordo homologado pelo Juízo.

Questão 03

As despesas condominiais são compostas pelos gastos realizados nas partes de uso comum do condomínio, pagos através do rateio entre os condôminos, observada a proporcionalidade de suas quotas. A cobrança de cotas condominiais em atraso no valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) será ajuizada no foro do(a):

- A) Domicílio do autor ou do domicílio do réu.
- B) Situação do imóvel ou do domicílio do réu.
- C) Domicílio do autor ou da situação do imóvel.
- D) Domicílio do réu ou da sede da administradora do condomínio.

Questão 04

Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreende o recolhimento do preparo recursal propriamente dito, bem como das custas processuais relativas ao julgamento pelo juízo de piso. A sua base de cálculo corresponde ao valor:

- A) Da condenação.
- B) Originário da causa.
- C) Do bem em disputa.
- D) Da causa atualizado.

Questão 05

Em audiência de litígio que envolvia conflito entre vizinhos, o réu, que já apresentara contestação, não comparece, estando, contudo, representado no ato por seu advogado. Nesta situação:

- A) Uma vez que o procurador está presente, o comparecimento da parte é dispensável.
- B) Dado que fora apresentada contestação, não serão produzidos os efeitos da revelia.
- C) O não comparecimento pessoal da parte, mesmo oferecida resposta oral ou escrita, enseja os efeitos da revelia.
- D) A ausência da parte afasta a possibilidade de que o juiz examine os documentos juntados aos autos pelo réu.

Questão 06

O processo nos Juizados Especiais Cíveis orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesse sentido, em sede de Juizado Especial, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é permitido o fracionamento da audiência em sessão de conciliação e de julgamento.
- B) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é verificada pelo objeto da prova.
- C) A competência para julgar causas de menor complexidade é aferida pelo direito material em questão.
- D) A produção de prova pericial é incabível, pois a apresentação de laudos e pareceres técnicos torna a causa mais complexa.

Questão 07

Em fase de execução, houve a impugnação do valor exequendo, afirmando-se que haveria excesso. No entanto, o juízo entendeu que os cálculos do exequente estavam corretos e desacolheu a impugnação, determinando que houvesse o prosseguimento do feito. Assinale o instrumento adequado para recorrer da decisão judicial nesta hipótese.

- A) Apelação.
- B) Contestação.
- C) Recurso inominado.
- D) Agravo de instrumento.

Questão 08

Em decorrência dos gastos hospitalares despendidos após sofrer atropelamento, a pessoa que sofreu o acidente pretende ajuizar ação contra o condutor. Este, ao pisar no freio, não conseguiu parar o veículo, apesar de ter retirado o carro da oficina mecânica poucos minutos antes do infortúnio, para justamente consertar um problema de frenagem. Tal fato despertou seu interesse em processar o dono da oficina pela falha na prestação do serviço. Os respectivos prazos prescricionais para a exigibilidade das pretensões da vítima do acidente e do motorista, pela via judicial são de:

- A) 3 anos para ambos: vítima e condutor.
- B) 10 anos para ambos: vítima e condutor.
- C) 3 anos para a vítima e 10 anos para o motorista.
- D) 10 anos para a vítima e 3 anos para o motorista.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 09

Determinada pessoa, após sofrer danos decorrentes de um acidente em seu equipamento eletrônico, utilizado para fins profissionais, requereu à seguradora, com a qual fizera a cobertura de riscos relativos ao bem, o pagamento da indenização prevista na apólice. Passados seis meses obteve negativa sob a alegação que o evento causador da avaria do equipamento não constava como hipótese concessiva da cobertura ajustada. Transcorridos nove meses dessa resposta o consumidor ingressa com ação judicial contra a seguradora, cuja citação ocorreu cinco meses após o ajuizamento da demanda, por questões administrativas do Tribunal. Em sua defesa, a empresa alegou que o pleito estaria prescrito, tendo em vista que prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador é anual. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se operou a prescrição, pois o prazo para ingresso da ação indenizatória é de três anos.
- B) Operou-se a prescrição tendo em vista que a seguradora só fora citada após um ano da ocorrência do sinistro.
- C) Operou-se a prescrição, uma vez que o termo inicial para o ajuizamento da ação é contado a partir da data do sinistro.
- D) Não se operou a prescrição, pois a ciência do segurado sobre a recusa da cobertura securitária é o termo inicial do prazo prescricional.

Questão 10

Consumidor adquire um fogão em uma de loja de eletrodomésticos. A compra foi financiada, pela própria loja, em doze parcelas, com a cobrança de juros de 5% ao mês, sendo a taxa anual de juros da economia brasileira (taxa de mercado) definida no patamar mensal de 1,5%. Considerando o caso hipotético, podemos afirmar que os juros praticados:

- A) Submetem-se ao limite previsto no Código Civil.
- B) Podem ser superiores à taxa média de mercado.
- C) Constituem forma idônea de remunerar o credor pelo mútuo.
- D) Estão corretos, posto que em conformidade com a taxa SELIC.

Questão 11

Um homem ajuizou ação contra o banco do qual é cliente, alegando que é acionista investidor da instituição financeira e que deveria ter recebido dividendos correspondentes às suas ações preferenciais, valor que deve ser apurado por simples cálculo aritmético, em liquidação de sentença, não tendo havido qualquer pagamento por parte da casa bancária. Afirmou que se trata de relação de consumo e que, portanto, deveria ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Sobre o caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Código de Defesa do Consumidor só se aplica às relações de mútuo entre correntista e banco.
- B) Não é de competência dos Juizados, visto que não se trata de relação de consumo e não há pedido líquido.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é o diploma legal próprio para regular a relação e o pedido é líquido por referir bem específico.
- D) A aquisição de ações se insere no âmbito puramente consumerista e o cálculo matemático puro não afasta a liquidez do pedido.

Questão 12

Um casal viu em um determinado site de uma agência de turismo um pacote que incluía passagens aéreas para Londres e hospedagem em hotel no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Imediatamente fez a reserva. Três dias depois, eles receberam uma mensagem eletrônica da empresa informando que a operação de compra não foi concluída, pois o anúncio veiculado estava errado por uma falha no sistema, sendo que a cobrança não foi realizada no momento da reserva, não havendo, assim, valor a ser estornado. Os consumidores ajuizaram ação pedindo a emissão dos bilhetes e a confirmação da reserva de hotel no valor que havia sido ofertado. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A empresa deve prestar o serviço, pois a oferta vincula o fornecedor.
- B) A empresa fez uso de *dolus bonus* para supervalorizar o serviço oferecido.
- C) O erro técnico é suficiente para caracterizar a falha da prestação do serviço.
- D) O erro grosseiro e a rápida comunicação afastam a falha na prestação do serviço.

Questão 13

Consumidor inadimplente é inscrito no cadastro de serviço de proteção ao crédito, após ser devidamente notificado. O prazo máximo de cinco anos no qual o nome do devedor pode ficar restrito em cadastros de crédito é contado a partir do(a):

- A) Data do vencimento da dívida.
- B) Data de sua inclusão no cadastro.
- C) Data em que o consumidor foi notificado.
- D) Dia seguinte à data de vencimento da dívida.

Questão 14

A *disregard doctrine* (doutrina da desconsideração da personalidade jurídica), aplicada ao direito consumerista, apresenta traços que a distingue da posição majoritária adotada no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao referido instituto. Para justificar a sua utilização no que concerne especificamente à autonomia da personalidade jurídica da empresa nas relações de consumo é suficiente haver:

- A) Desvio de finalidade.
- B) Confusão patrimonial.
- C) Intenção subjetiva do agente.
- D) Obstáculo ao ressarcimento do prejuízo do lesado.

Questão 15

Para a compra de veículo financiado, o cliente de certo banco formalizou contrato com a instituição financeira. Sem conseguir pagar as parcelas do empréstimo, o cliente resolveu processar o banco por considerar os juros abusivos. Em sede de antecipação de tutela, o autor pediu que seu nome não fosse inserido em cadastros restritivos de crédito, alegando que a propositura da ação suspendia o prazo para caracterizar a situação de inadimplência. Para descaracterizar a mora do devedor será necessário que o juiz:

- A) Reconheça a cláusula abusiva de ofício.
- B) Analise se o autor prestou caução idônea.
- C) Confronte a taxa cobrada com a média de mercado.
- D) Coteje a jurisprudência prevalente do Tribunal de origem.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
E DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO
AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Questão 16

Sobre o Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- B) Aberta a sessão, o juiz togado ou leigo deverá esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio.
- C) Não sendo obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista na lei de regência do Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995).
- D) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação, mediante decisão com eficácia de título executivo.

Questão 17

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/1995, em seu Capítulo II (Dos Juizados Especiais Cíveis), analise as afirmativas a seguir.

- I. É competente, para as causas sujeitas ao rito da Lei nº 9.099/1995, o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- II. Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes e incapazes, bem como os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- III. Não se admitirá, no processo sujeito ao rito do Juizado Especial, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á, contudo, o litisconsórcio.
- IV. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

Assinale a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um.
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Quatro.

Questão 18

Sobre a citação no Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O comparecimento espontâneo da parte suprirá a sua falta ou mesmo nulidade.
- B) Somente em situações excepcionais será feita por edital ou por oficial de justiça.
- C) Tratando-se de pessoa física, far-se-á por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.
- D) Tratando-se de pessoa jurídica, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, que será identificado.

Questão 19

Em sede de Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa correta.

- A) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida, desde que genérico o pedido.
- B) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral caberá recurso para o próprio Juizado.
- C) A contestação, oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, incluindo a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- D) Não se admitirá a reconvenção, sendo lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Questão 20

Em relação aos contratos nas relações de consumo, assinale a afirmativa correta.

- A) São anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- B) No contrato de adesão o consumidor está impedido de discutir ou modificar seu conteúdo, razão pela qual a inserção de cláusula no formulário desfigurará a natureza de adesão do contrato.
- C) Sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, o consumidor disporá de um prazo de reflexão de sete dias para desistir do contrato.
- D) Nas relações que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento, o consumidor poderá promover a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, estando a redução proporcional dos juros e demais acréscimos condicionada à expressa previsão no contrato.

Questão 21

Sobre o Juizado Especial Criminal, assinale a afirmativa correta.

- A) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- B) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se der a consumação da infração penal de menor potencial ofensivo.
- C) O processo perante o Juizado Especial objetivará, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- D) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz determinará ao oficial de justiça que reitere a diligência, suspendendo o feito até a efetivação da citação.

Questão 22

NÃO apresenta um instituto despenalizador previsto expressamente na lei de regência dos Juizados Especiais Criminais:

- A) Transação penal.
- B) Suspensão condicional do processo.
- C) Composição civil extintiva da punibilidade.
- D) Suspensão condicional da pena privativa de liberdade.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 23

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- A) A ignorância plena do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- B) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, sendo possível, por convenção, a exoneração contratual do fornecedor.
- C) Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.
- D) É de trinta dias o prazo máximo para que fornecedores sanem os vícios de produtos de consumo duráveis ou não duráveis, não podendo as partes convencionar a redução ou ampliação de tal prazo.

Questão 24

Uma vez homologado pelo juiz em sentença irrecorrível, o acordo de composição dos danos civis celebrado no Juizado Especial Criminal ensejará:

- A) Perempção.
- B) Perdão judicial.
- C) Decadência do direito de queixa ou representação.
- D) Renúncia ao direito de queixa ou de representação.

Questão 25

Considerando a Lei nº 9.099/1995, compete ao Juizado Especial Cível a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Diante do exposto, assinale uma causa que se enquadra nesta esfera de competência do Juizado.

- A) Ação de alimentos.
- B) Ação de despejo para uso próprio.
- C) Ação relativa a acidente do trabalho.
- D) Ação patrimonial referente ao estado das pessoas.

Questão 26

Considerando o que dispõe a lei criadora dos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao juiz o encaminhamento das peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- II. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o juiz não pode oferecer, de ofício ou a requerimento da parte, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, uma vez que esse ato é privativo do representante do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- III. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Quando opostos, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 27

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera. NÃO contempla uma circunstância relevante na consideração de um produto como defeituoso:

- A) Sua apresentação.
- B) A época em que foi colocado em circulação.
- C) O uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- D) O fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Questão 28

Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- A) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será interposta pela parte interessada oralmente ou por petição escrita no prazo de quinze dias.
- B) Efetuado o pagamento da exclusiva pena de multa na Secretaria do Juizado, o juiz declarará extinta a punibilidade do agente, determinando que a condenação não fique constando, para nenhum fim, dos registros criminais.
- C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para fins de aplicação do rito sumaríssimo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.
- D) É entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal que não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

Questão 29

Considerando a Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- () Somente a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, se enquadra no conceito de fornecedor. Os entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, não se enquadram neste conceito.
- () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 30

Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar da defesa dos interesses e direitos difusos dos consumidores.
- B) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores somente será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- C) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. Nesta hipótese o juiz imporá multa diária ao réu, desde que haja pedido expresso do autor nesse sentido.
- D) São legitimados, para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

**DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO
E RESOLUÇÕES Nº 174 DO CNJ, 02/2019 E
06/2022 DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJCE**

Questão 31

Aquele que for designado para a função de juiz leigo do Tribunal de Justiça do Ceará será considerado auxiliar da Justiça e atuará em subordinação às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado titular, em respondência ou em auxílio, da unidade. A este último, nos termos das Resoluções nº 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, caberá atestar o número de atos homologados, sendo remunerados os atos relativos a:

- A) Desistências.
- B) Embargos de declaração.
- C) Minuta de voto homologada, inclusive em agravo interno.
- D) Homologações de sentenças de extinção do processo no caso de ausência do autor.

Questão 32

Considerando o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- B) A teoria do risco administrativo não admite as excludentes de responsabilidade do Estado.
- C) No que tange aos notários e oficiais de registro, apesar de prestarem serviço público, o legislador infraconstitucional fez expressa opção pela responsabilização subjetiva.
- D) O Estado deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, de modo que, em caso de inobservância desse dever específico, o Estado é responsável pela morte de detento.

Questão 33

São de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- A) As causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- B) Processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor definido em lei.
- C) As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- D) As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

Questão 34

A Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, se traduz em medida de aprimoramento dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, concretizando a previsão da atuação de juizes leigos neste âmbito existente nas Leis Federais nº 9.099/1995 e nº 12.153/2009, bem como na Constituição Federal (Art. 98, I). A respeito de seus termos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No exercício da função, o juiz leigo terá o prazo máximo de dez dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que será entranhado nos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática, para posterior homologação pelo juiz togado titular.
- () O juiz leigo poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca, enquanto no desempenho das respectivas funções, desde que se trate de causa que não envolva a Fazenda Pública.
- () Os juizes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*, embora submetidos a procedimento de seleção.
- () As orientações e o entendimento jurídico do juiz togado constituem norte para a atuação do juiz leigo, em caráter de subordinação.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, V.

Questão 35

Acerca da organização administrativa e a administração pública em juízo, é correto afirmar que:

- A) Em regra, compete à Justiça Federal julgar as causas envolvendo os serviços sociais autônomos.
- B) Associação de Municípios e Prefeitos possui legitimidade ativa para tutelar em juízo direitos e interesses das pessoas jurídicas de direito público.
- C) Município tem legitimidade *ad causam* para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos consumeristas questionando a cobrança de tarifas bancárias.
- D) Viola o princípio da legalidade a aplicação de multa prevista em resoluções criadas por agências reguladoras, ainda que haja previsão na legislação ordinária delegando à agência reguladora competência para a edição de normas e regulamentos no seu âmbito de atuação.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 36

Edwirges atualmente reside no Piauí, mas possui família em Fortaleza, vislumbrando, então, a possibilidade de atuar como juíza leiga no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará. Diante disso, relacionou informações acerca de sua vida pessoal, política e profissional e confrontou com os requisitos estabelecidos na Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 02/2019, chegando à conclusão que não poderia assumir a função. Analise as afirmativas e assinale a única que **NÃO** seria fator impeditivo para o exercício da função de juíza leiga por *Edwirges*.

- A) É filiada a partido político.
- B) É servidora comissionada do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- C) É de nacionalidade originária alemã, tendo se naturalizado brasileira há dois meses.
- D) Logrou aprovação no Exame de Ordem há três anos, possuindo um ano de experiência jurídica na área.

Questão 37

Guilherme, juiz leigo recém-designado no Tribunal de Justiça do Ceará, participará dos primeiros atos no exercício da função em breve e está com dúvidas a respeito das informações que poderá fornecer às partes. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) Guilherme poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, de forma clara e imparcial.
- B) Guilherme não poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, uma vez que isso configuraria ativismo judicial.
- C) Guilherme poderá advertir as partes acerca dos possíveis resultados de uma demanda judicial, fazendo pré-julgamento da causa, quando for necessário para orientá-las.
- D) Guilherme não poderá advertir sobre os inconvenientes de judicialização da disputa, uma vez que isso afrontaria o direito de ação constitucionalmente garantido a todos.

Questão 38

Determinada empresa precisando obter financiamento e necessitando obter certidões fiscais para fechar o negócio vem consultá-lo. Ocorre que a sociedade empresarial em comento está pagando um parcelamento de tributos concretizado em acordo celebrado com o Fisco Estadual. Na hipótese referida, quanto às certidões, deve-se orientar o cliente da seguinte forma:

- A) Havendo a dívida, aplica-se o princípio *solve et repete*.
- B) Só via mandado de segurança poderá obter a certidão negativa.
- C) Indispensável consignar o valor da dívida para conseguir a certidão.
- D) A empresa tem direito de obter a certidão positiva com efeito de negativa.

Questão 39

Em recente julgado do STF foi decidido que, quanto à alíquota de produtos/serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações “discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços”. A decisão, tal como lançada e reproduzida no trecho anterior disposto, está embasada no princípio constitucional tributário da:

- A) Legalidade.
- B) Seletividade.
- C) Proporcionalidade.
- D) Vedação ao confisco.

Questão 40

Usufrutuário de determinado imóvel veio a falecer, tendo havido a consolidação da propriedade plena na pessoa do herdeiro e nu-proprietário. Entretanto, o Estado requer do herdeiro o pagamento do ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, também chamado de ITD. Na hipótese descrita o imposto:

- A) Não deve ser pago, visto que a exação que incide é o ITBI.
- B) Não é devido, uma vez que não ocorre o fato gerador do tributo.
- C) É devido, porém só deve ser pago se não houver hipótese de isenção.
- D) Deve ser pago, considerando ocorrido o fato gerador no momento da morte.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Dissertativa, composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade, terá caráter eliminatório e classificatório.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas. Da nota total estabelecida pelos critérios descritos ainda será deduzido 0,4 ponto para cada linha completa não escrita, considerando o mínimo de linhas exigido e desconsiderado para avaliação o texto excedente ao máximo de linhas estabelecido.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes nos cadernos de questões contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- À prova dissertativa serão atribuídos 20 (vinte) pontos, divididos conforme quesitos a seguir.

PARTE 1 – ESTRUTURA TEXTUAL GLOBAL		
(A) ABORDAGEM DO TEMA	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato selecionar argumentos convenientes, dentro do perfil esperado, assim como a boa qualificação desses argumentos.		
(B) PROGRESSÃO TEXTUAL	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato mostrar coesão e coerência entre os parágrafos componentes do texto por ele redigido, assim como a distribuição do tema por uma evolução adequada de suas partes.		
(C) SUGESTÃO DE SOLUÇÃO	2 pontos	
Considera a capacidade de o candidato indicar soluções adequadas para o problema levantado pelo tema.		
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 1	10 pontos	
PARTE 2 – CORREÇÃO GRAMATICAL		
	PONTUAÇÃO	DEDUÇÃO A CADA ERRO
(A) SELEÇÃO VOCABULAR	2 pontos	0,2 ponto
Considera problemas de inadequação vocabular, troca entre parônimos, emprego de palavras gerais por específicas, emprego de vocábulos de variação linguística inadequada, marcas de oralidade.		
(B) ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA	2 pontos	0,2 ponto
(C) CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA	2 pontos	0,4 ponto
(D) ESTRUTURAÇÃO DA FRASE	2 pontos	0,4 ponto
Considera problemas gerais de construção frasal.		
(E) PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS	2 pontos	0,2 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 2	10 pontos	

MARIA SILVA, servidora aposentada do Estado do Ceará, constatou uma série de descontos em seus proventos, lançados sobre a rubrica de empréstimo consignado, totalizando, ao final de alguns meses, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em contato com a Unidade Gestora do benefício previdenciário, foi informada que os descontos são lançados automaticamente pela empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA. Ocorre que MARIA SILVA nunca fez empréstimo consignado nem reconhece a dívida, assim, compareceu à atarcação do Juizado Especial do TJCE e propôs um pedido de declaração de inexistência de relação contratual com a empresa, devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos e repetição em dobro do indébito. Liminarmente, pediu a cessação imediata dos descontos. Posteriormente, em um aditamento da atarcação, MARIA SILVA juntou provas de que a empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA havia procedido do mesmo modo com outros aposentados e que estava em processo de falência, apresentando, então, os dados do administrador da massa falida.

Redija um texto dissertativo coeso e com adequada concatenação de argumentos, abordando os seguintes aspectos do caso apresentado, quanto à possibilidade de: 1) petição sem advogado para o valor da causa apresentado; 2) deferimento do pedido liminar; 3) condenação da restituição em dobro; 4) julgamento de mérito da causa apresentada no âmbito do juizado especial. Conclua o texto apresentando uma possível solução para a demanda judicial.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

É facultativo uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente.
2. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras, aparelhos eletrônicos, celulares ou similares; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido utilizando ou portando, mesmo que desligados, os seguintes equipamentos: *beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo *pen drive* etc; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação; óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro etc.
3. Para garantir a isonomia e a lisura do Processo Seletivo, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários, bem como em outros momentos que a Coordenação julgar necessários durante a realização das provas.
4. **A prova objetiva será composta por 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha sendo: 15 (quinze) questões de Direito Civil e Direito Processual Civil; 15 (quinze) questões de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Direito do Consumidor aplicado aos Juizados Especiais Cíveis; e, 10 (dez) questões Direito Administrativo, Direito Tributário e Resoluções nº 174 do CNJ, 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D), das quais apenas 1 (uma) está correta. A prova dissertativa será composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade.**
5. O candidato, ao receber o Caderno de Provas, deverá conferi-lo, solicitando a imediata substituição, caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão.
6. As provas objetiva e dissertativa terão duração 4 (quatro) horas. O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (dissertativa).
7. **Ao terminar a prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (prova dissertativa), que serão utilizadas para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do Processo Seletivo.**
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir das 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado o Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjce.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 20h00min (horário local) do dia 18/09/2022.

- O prazo para a interposição dos recursos será de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia útil subsequente à da data da publicação do gabarito ou resultado objeto do recurso. Os recursos deverão ser apresentados ao Instituto Consulplan via endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59min do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022



Juiz Leigo

Manhã

Tipo 2 - VERDE

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

FUNÇÃO: JUIZ LEIGO

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Determinada pessoa, após sofrer danos decorrentes de um acidente em seu equipamento eletrônico, utilizado para fins profissionais, requereu à seguradora, com a qual fizera a cobertura de riscos relativos ao bem, o pagamento da indenização prevista na apólice. Passados seis meses obteve negativa sob a alegação que o evento causador da avaria do equipamento não constava como hipótese concessiva da cobertura ajustada. Transcorridos nove meses dessa resposta o consumidor ingressa com ação judicial contra a seguradora, cuja citação ocorreu cinco meses após o ajuizamento da demanda, por questões administrativas do Tribunal. Em sua defesa, a empresa alegou que o pleito estaria prescrito, tendo em vista que prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador é anual. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se operou a prescrição, pois o prazo para ingresso da ação indenizatória é de três anos.
- B) Operou-se a prescrição tendo em vista que a seguradora só fora citada após um ano da ocorrência do sinistro.
- C) Operou-se a prescrição, uma vez que o termo inicial para o ajuizamento da ação é contado a partir da data do sinistro.
- D) Não se operou a prescrição, pois a ciência do segurado sobre a recusa da cobertura securitária é o termo inicial do prazo prescricional.

Questão 02

Consumidor inadimplente é inscrito no cadastro de serviço de proteção ao crédito, após ser devidamente notificado. O prazo máximo de cinco anos no qual o nome do devedor pode ficar restrito em cadastros de crédito é contado a partir do(a):

- A) Data do vencimento da dívida.
- B) Data de sua inclusão no cadastro.
- C) Data em que o consumidor foi notificado.
- D) Dia seguinte à data de vencimento da dívida.

Questão 03

Certa consumidora promoveu ação de reparação de danos morais contra loja de departamento alegando ter sido exigida uma quantia de entrada para aquisição da mercadoria em valor maior do que aquele divulgado pela empresa, apesar de não existir restrição ao seu cadastro pessoal. Distribuído o feito no Juizado Especial, o julgador alegou que a reparação de dano moral é causa de maior complexidade e extinguiu a ação sem julgamento do mérito. Considerando o caso hipotético, a ação de dano moral:

- A) Tem a complexidade definida unicamente a critério do juiz.
- B) Envolve a esfera subjetiva do autor cuja aferição é complexa.
- C) Tem sua avaliação balizada pelo critério quantitativo dos Juizados.
- D) Exige análise de elementos técnicos alheios à competência dos Juizados.

Questão 04

Em audiência de litígio que envolvia conflito entre vizinhos, o réu, que já apresentara contestação, não comparece, estando, contudo, representado no ato por seu advogado. Nesta situação:

- A) Uma vez que o procurador está presente, o comparecimento da parte é dispensável.
- B) Dado que fora apresentada contestação, não serão produzidos os efeitos da revelia.
- C) O não comparecimento pessoal da parte, mesmo oferecida resposta oral ou escrita, enseja os efeitos da revelia.
- D) A ausência da parte afasta a possibilidade de que o juiz examine os documentos juntados aos autos pelo réu.

Questão 05

Consumidor adquire um fogão em uma de loja de eletrodomésticos. A compra foi financiada, pela própria loja, em doze parcelas, com a cobrança de juros de 5% ao mês, sendo a taxa anual de juros da economia brasileira (taxa de mercado) definida no patamar mensal de 1,5%. Considerando o caso hipotético, podemos afirmar que os juros praticados:

- A) Submetem-se ao limite previsto no Código Civil.
- B) Podem ser superiores à taxa média de mercado.
- C) Constituem forma idônea de remunerar o credor pelo mútuo.
- D) Estão corretos, posto que em conformidade com a taxa SELIC.

Questão 06

Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreende o recolhimento do preparo recursal propriamente dito, bem como das custas processuais relativas ao julgamento pelo juízo de piso. A sua base de cálculo corresponde ao valor:

- A) Da condenação.
- B) Originário da causa.
- C) Do bem em disputa.
- D) Da causa atualizado.

Questão 07

Um homem ajuizou ação contra o banco do qual é cliente, alegando que é acionista investidor da instituição financeira e que deveria ter recebido dividendos correspondentes às suas ações preferenciais, valor que deve ser apurado por simples cálculo aritmético, em liquidação de sentença, não tendo havido qualquer pagamento por parte da casa bancária. Afirmou que se trata de relação de consumo e que, portanto, deveria ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Sobre o caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Código de Defesa do Consumidor só se aplica às relações de mútuo entre correntista e banco.
- B) Não é de competência dos Juizados, visto que não se trata de relação de consumo e não há pedido líquido.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é o diploma legal próprio para regular a relação e o pedido é líquido por referir bem específico.
- D) A aquisição de ações se insere no âmbito puramente consumerista e o cálculo matemático puro não afasta a liquidez do pedido.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 08

Um casal viu em um determinado site de uma agência de turismo um pacote que incluía passagens aéreas para Londres e hospedagem em hotel no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Imediatamente fez a reserva. Três dias depois, eles receberam uma mensagem eletrônica da empresa informando que a operação de compra não foi concluída, pois o anúncio veiculado estava errado por uma falha no sistema, sendo que a cobrança não foi realizada no momento da reserva, não havendo, assim, valor a ser estornado. Os consumidores ajuizaram ação pedindo a emissão dos bilhetes e a confirmação da reserva de hotel no valor que havia sido ofertado. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A empresa deve prestar o serviço, pois a oferta vincula o fornecedor.
- B) A empresa fez uso de *dolus bonus* para supervalorizar o serviço oferecido.
- C) O erro técnico é suficiente para caracterizar a falha da prestação do serviço.
- D) O erro grosseiro e a rápida comunicação afastam a falha na prestação do serviço.

Questão 09

Após realizarem transação de direitos disponíveis em audiência de conciliação, as partes chegaram a um acordo reduzido a termo relativo à cobrança de dívida. Posteriormente, o ajuste é homologado pelo juízo competente. Todavia, a obrigação prevista é descumprida pela parte que assumiu o encargo. Na situação descrita, para o cumprimento do documento homologado:

- A) Caberá a imediata penhora dos bens do devedor.
- B) Será necessária a interpelação extrajudicial do devedor.
- C) Deve ser realizado ajuizamento de demanda autônoma.
- D) Deve ocorrer a execução do acordo homologado pelo Juízo.

Questão 10

As despesas condominiais são compostas pelos gastos realizados nas partes de uso comum do condomínio, pagos através do rateio entre os condôminos, observada a proporcionalidade de suas quotas. A cobrança de cotas condominiais em atraso no valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) será ajuizada no foro do(a):

- A) Domicílio do autor ou do domicílio do réu.
- B) Situação do imóvel ou do domicílio do réu.
- C) Domicílio do autor ou da situação do imóvel.
- D) Domicílio do réu ou da sede da administradora do condomínio.

Questão 11

Em fase de execução, houve a impugnação do valor exequendo, afirmando-se que haveria excesso. No entanto, o juízo entendeu que os cálculos do exequente estavam corretos e desacolheu a impugnação, determinando que houvesse o prosseguimento do feito. Assinale o instrumento adequado para recorrer da decisão judicial nesta hipótese.

- A) Apelação.
- B) Contestação.
- C) Recurso inominado.
- D) Agravo de instrumento.

Questão 12

A *disregard doctrine* (doutrina da desconsideração da personalidade jurídica), aplicada ao direito consumerista, apresenta traços que a distingue da posição majoritária adotada no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao referido instituto. Para justificar a sua utilização no que concerne especificamente à autonomia da personalidade jurídica da empresa nas relações de consumo é suficiente haver:

- A) Desvio de finalidade.
- B) Confusão patrimonial.
- C) Intenção subjetiva do agente.
- D) Obstáculo ao ressarcimento do prejuízo do lesado.

Questão 13

Para a compra de veículo financiado, o cliente de certo banco formalizou contrato com a instituição financeira. Sem conseguir pagar as parcelas do empréstimo, o cliente resolveu processar o banco por considerar os juros abusivos. Em sede de antecipação de tutela, o autor pediu que seu nome não fosse inserido em cadastros restritivos de crédito, alegando que a propositura da ação suspendia o prazo para caracterizar a situação de inadimplência. Para descaracterizar a mora do devedor será necessário que o juiz:

- A) Reconheça a cláusula abusiva de ofício.
- B) Analise se o autor prestou caução idônea.
- C) Confronte a taxa cobrada com a média de mercado.
- D) Coteje a jurisprudência prevalente do Tribunal de origem.

Questão 14

O processo nos Juizados Especiais Cíveis orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesse sentido, em sede de Juizado Especial, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é permitido o fracionamento da audiência em sessão de conciliação e de julgamento.
- B) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é verificada pelo objeto da prova.
- C) A competência para julgar causas de menor complexidade é aferida pelo direito material em questão.
- D) A produção de prova pericial é incabível, pois a apresentação de laudos e pareceres técnicos torna a causa mais complexa.

Questão 15

Em decorrência dos gastos hospitalares despendidos após sofrer atropelamento, a pessoa que sofreu o acidente pretende ajuizar ação contra o condutor. Este, ao pisar no freio, não conseguiu parar o veículo, apesar de ter retirado o carro da oficina mecânica poucos minutos antes do infortúnio, para justamente consertar um problema de frenagem. Tal fato despertou seu interesse em processar o dono da oficina pela falha na prestação do serviço. Os respectivos prazos prescricionais para a exigibilidade das pretensões da vítima do acidente e do motorista, pela via judicial são de:

- A) 3 anos para ambos: vítima e condutor.
- B) 10 anos para ambos: vítima e condutor.
- C) 3 anos para a vítima e 10 anos para o motorista.
- D) 10 anos para a vítima e 3 anos para o motorista.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
E DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO
AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

Questão 16

Sobre a citação no Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O comparecimento espontâneo da parte suprirá a sua falta ou mesmo nulidade.
- B) Somente em situações excepcionais será feita por edital ou por oficial de justiça.
- C) Tratando-se de pessoa física, far-se-á por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.
- D) Tratando-se de pessoa jurídica, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, que será identificado.

Questão 17

Considerando a Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- () Somente a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, se enquadra no conceito de fornecedor. Os entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, não se enquadram neste conceito.
- () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 18

Sobre o Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- B) Aberta a sessão, o juiz togado ou leigo deverá esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio.
- C) Não sendo obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista na lei de regência do Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995).
- D) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação, mediante decisão com eficácia de título executivo.

Questão 19

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/1995, em seu Capítulo II (Dos Juizados Especiais Cíveis), analise as afirmativas a seguir.

- I. É competente, para as causas sujeitas ao rito da Lei nº 9.099/1995, o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- II. Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes e incapazes, bem como os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- III. Não se admitirá, no processo sujeito ao rito do Juizado Especial, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á, contudo, o litisconsórcio.
- IV. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

Assinale a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um.
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Quatro.

Questão 20

Em sede de Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa correta.

- A) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida, desde que genérico o pedido.
- B) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral caberá recurso para o próprio Juizado.
- C) A contestação, oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, incluindo a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- D) Não se admitirá a reconvenção, sendo lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Questão 21

Em relação aos contratos nas relações de consumo, assinale a afirmativa correta.

- A) São anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- B) No contrato de adesão o consumidor está impedido de discutir ou modificar seu conteúdo, razão pela qual a inserção de cláusula no formulário desfigurará a natureza de adesão do contrato.
- C) Sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, o consumidor disporá de um prazo de reflexão de sete dias para desistir do contrato.
- D) Nas relações que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento, o consumidor poderá promover a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, estando a redução proporcional dos juros e demais acréscimos condicionada à expressa previsão no contrato.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 22

Considerando o que dispõe a lei criadora dos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao juiz o encaminhamento das peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- II. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o juiz não pode oferecer, de ofício ou a requerimento da parte, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, uma vez que esse ato é privativo do representante do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- III. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Quando opostos, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 23

Sobre o Juizado Especial Criminal, assinale a afirmativa correta.

- A) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- B) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se der a consumação da infração penal de menor potencial ofensivo.
- C) O processo perante o Juizado Especial objetivará, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- D) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz determinará ao oficial de justiça que reitere a diligência, suspendendo o feito até a efetivação da citação.

Questão 24

Considerando a Lei nº 9.099/1995, compete ao Juizado Especial Cível a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Diante do exposto, assinale uma causa que se enquadra nesta esfera de competência do Juizado.

- A) Ação de alimentos.
- B) Ação de despejo para uso próprio.
- C) Ação relativa a acidente do trabalho.
- D) Ação patrimonial referente ao estado das pessoas.

Questão 25

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera. NÃO contempla uma circunstância relevante na consideração de um produto como defeituoso:

- A) Sua apresentação.
- B) A época em que foi colocado em circulação.
- C) O uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- D) O fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Questão 26

Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar da defesa dos interesses e direitos difusos dos consumidores.
- B) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores somente será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- C) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citado o réu. Nesta hipótese o juiz imporá multa diária ao réu, desde que haja pedido expresso do autor nesse sentido.
- D) São legitimados, para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 27

NÃO apresenta um instituto despenalizador previsto expressamente na lei de regência dos Juizados Especiais Criminais:

- A) Transação penal.
- B) Suspensão condicional do processo.
- C) Composição civil extintiva da punibilidade.
- D) Suspensão condicional da pena privativa de liberdade.

Questão 28

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- A) A ignorância plena do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- B) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, sendo possível, por convenção, a exoneração contratual do fornecedor.
- C) Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.
- D) É de trinta dias o prazo máximo para que fornecedores sanem os vícios de produtos de consumo duráveis ou não duráveis, não podendo as partes convencionar a redução ou ampliação de tal prazo.

Questão 29

Uma vez homologado pelo juiz em sentença irrecorrível, o acordo de composição dos danos civis celebrado no Juizado Especial Criminal ensejará:

- A) Perempção.
- B) Perdão judicial.
- C) Decadência do direito de queixa ou representação.
- D) Renúncia ao direito de queixa ou de representação.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 30

Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- A) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será interposta pela parte interessada oralmente ou por petição escrita no prazo de quinze dias.
- B) Efetuado o pagamento da exclusiva pena de multa na Secretaria do Juizado, o juiz declarará extinta a punibilidade do agente, determinando que a condenação não fique constando, para nenhum fim, dos registros criminais.
- C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para fins de aplicação do rito sumaríssimo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.
- D) É entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal que não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

**DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO
E RESOLUÇÕES Nº 174 DO CNJ, 02/2019 E
06/2022 DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJCE**

Questão 31

Considerando o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- B) A teoria do risco administrativo não admite as excludentes de responsabilidade do Estado.
- C) No que tange aos notários e oficiais de registro, apesar de prestarem serviço público, o legislador infraconstitucional fez expressa opção pela responsabilização subjetiva.
- D) O Estado deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, de modo que, em caso de inobservância desse dever específico, o Estado é responsável pela morte de detento.

Questão 32

Guilherme, juiz leigo recém-designado no Tribunal de Justiça do Ceará, participará dos primeiros atos no exercício da função em breve e está com dúvidas a respeito das informações que poderá fornecer às partes. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) Guilherme poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, de forma clara e imparcial.
- B) Guilherme não poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, uma vez que isso configuraria ativismo judicial.
- C) Guilherme poderá advertir as partes acerca dos possíveis resultados de uma demanda judicial, fazendo pré-julgamento da causa, quando for necessário para orientá-las.
- D) Guilherme não poderá advertir sobre os inconvenientes de judicialização da disputa, uma vez que isso afrontaria o direito de ação constitucionalmente garantido a todos.

Questão 33

A Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, se traduz em medida de aprimoramento dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, concretizando a previsão da atuação de juízes leigos neste âmbito existente nas Leis Federais nº 9.099/1995 e nº 12.153/2009, bem como na Constituição Federal (Art. 98, I). A respeito de seus termos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No exercício da função, o juiz leigo terá o prazo máximo de dez dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que será entranhado nos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática, para posterior homologação pelo juiz togado titular.
- () O juiz leigo poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca, enquanto no desempenho das respectivas funções, desde que se trate de causa que não envolva a Fazenda Pública.
- () Os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*, embora submetidos a procedimento de seleção.
- () As orientações e o entendimento jurídico do juiz togado constituem norte para a atuação do juiz leigo, em caráter de subordinação.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, V.

Questão 34

Aquele que for designado para a função de juiz leigo do Tribunal de Justiça do Ceará será considerado auxiliar da Justiça e atuará em subordinação às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado titular, em responsabilidade ou em auxílio, da unidade. A este último, nos termos das Resoluções nº 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, caberá atestar o número de atos homologados, sendo remunerados os atos relativos a:

- A) Desistências.
- B) Embargos de declaração.
- C) Minuta de voto homologada, inclusive em agravo interno.
- D) Homologações de sentenças de extinção do processo no caso de ausência do autor.

Questão 35

São de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- A) As causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- B) Processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor definido em lei.
- C) As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- D) As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 36

Acerca da organização administrativa e a administração pública em juízo, é correto afirmar que:

- A) Em regra, compete à Justiça Federal julgar as causas envolvendo os serviços sociais autônomos.
- B) Associação de Municípios e Prefeitos possui legitimidade ativa para tutelar em juízo direitos e interesses das pessoas jurídicas de direito público.
- C) Município tem legitimidade *ad causam* para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos consumeristas questionando a cobrança de tarifas bancárias.
- D) Viola o princípio da legalidade a aplicação de multa prevista em resoluções criadas por agências reguladoras, ainda que haja previsão na legislação ordinária delegando à agência reguladora competência para a edição de normas e regulamentos no seu âmbito de atuação.

Questão 37

Edwirges atualmente reside no Piauí, mas possui família em Fortaleza, vislumbrando, então, a possibilidade de atuar como juíza leiga no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará. Diante disso, relacionou informações acerca de sua vida pessoal, política e profissional e confrontou com os requisitos estabelecidos na Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 02/2019, chegando à conclusão que não poderia assumir a função. Analise as afirmativas e assinale a única que NÃO seria fator impeditivo para o exercício da função de juíza leiga por Edwirges.

- A) É filiada a partido político.
- B) É servidora comissionada do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- C) É de nacionalidade originária alemã, tendo se naturalizado brasileira há dois meses.
- D) Logrou aprovação no Exame de Ordem há três anos, possuindo um ano de experiência jurídica na área.

Questão 38

Usufrutuário de determinado imóvel veio a falecer, tendo havido a consolidação da propriedade plena na pessoa do herdeiro e nu-proprietário. Entretanto, o Estado requer do herdeiro o pagamento do ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, também chamado de ITD. Na hipótese descrita o imposto:

- A) Não deve ser pago, visto que a exação que incide é o ITBI.
- B) Não é devido, uma vez que não ocorre o fato gerador do tributo.
- C) É devido, porém só deve ser pago se não houver hipótese de isenção.
- D) Deve ser pago, considerando ocorrido o fato gerador no momento da morte.

Questão 39

Determinada empresa precisando obter financiamento e necessitando obter certidões fiscais para fechar o negócio vem consultá-lo. Ocorre que a sociedade empresarial em comento está pagando um parcelamento de tributos concretizado em acordo celebrado com o Fisco Estadual. Na hipótese referida, quanto às certidões, deve-se orientar o cliente da seguinte forma:

- A) Havendo a dívida, aplica-se o princípio *solve et repete*.
- B) Só via mandado de segurança poderá obter a certidão negativa.
- C) Indispensável consignar o valor da dívida para conseguir a certidão.
- D) A empresa tem direito de obter a certidão positiva com efeito de negativa.

Questão 40

Em recente julgado do STF foi decidido que, quanto à alíquota de produtos/serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações “discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços”. A decisão, tal como lançada e reproduzida no trecho anterior disposto, está embasada no princípio constitucional tributário da:

- A) Legalidade.
- B) Seletividade.
- C) Proporcionalidade.
- D) Vedação ao confisco.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Dissertativa, composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade, terá caráter eliminatório e classificatório.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas. Da nota total estabelecida pelos critérios descritos ainda será deduzido 0,4 ponto para cada linha completa não escrita, considerando o mínimo de linhas exigido e desconsiderado para avaliação o texto excedente ao máximo de linhas estabelecido.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes nos cadernos de questões contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- À prova dissertativa serão atribuídos 20 (vinte) pontos, divididos conforme quesitos a seguir.

PARTE 1 – ESTRUTURA TEXTUAL GLOBAL		
(A) ABORDAGEM DO TEMA	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato selecionar argumentos convenientes, dentro do perfil esperado, assim como a boa qualificação desses argumentos.		
(B) PROGRESSÃO TEXTUAL	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato mostrar coesão e coerência entre os parágrafos componentes do texto por ele redigido, assim como a distribuição do tema por uma evolução adequada de suas partes.		
(C) SUGESTÃO DE SOLUÇÃO	2 pontos	
Considera a capacidade de o candidato indicar soluções adequadas para o problema levantado pelo tema.		
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 1	10 pontos	
PARTE 2 – CORREÇÃO GRAMATICAL		
	PONTUAÇÃO	DEDUÇÃO A CADA ERRO
(A) SELEÇÃO VOCABULAR	2 pontos	0,2 ponto
Considera problemas de inadequação vocabular, troca entre parônimos, emprego de palavras gerais por específicas, emprego de vocábulos de variação linguística inadequada, marcas de oralidade.		
(B) ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA	2 pontos	0,2 ponto
(C) CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA	2 pontos	0,4 ponto
(D) ESTRUTURAÇÃO DA FRASE	2 pontos	0,4 ponto
Considera problemas gerais de construção frasal.		
(E) PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS	2 pontos	0,2 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 2	10 pontos	

MARIA SILVA, servidora aposentada do Estado do Ceará, constatou uma série de descontos em seus proventos, lançados sobre a rubrica de empréstimo consignado, totalizando, ao final de alguns meses, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em contato com a Unidade Gestora do benefício previdenciário, foi informada que os descontos são lançados automaticamente pela empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA. Ocorre que MARIA SILVA nunca fez empréstimo consignado nem reconhece a dívida, assim, compareceu à atermação do Juizado Especial do TJCE e propôs um pedido de declaração de inexistência de relação contratual com a empresa, devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos e repetição em dobro do indébito. Liminarmente, pediu a cessação imediata dos descontos. Posteriormente, em um aditamento da atermação, MARIA SILVA juntou provas de que a empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA havia procedido do mesmo modo com outros aposentados e que estava em processo de falência, apresentando, então, os dados do administrador da massa falida.

Redija um texto dissertativo coeso e com adequada concatenação de argumentos, abordando os seguintes aspectos do caso apresentado, quanto à possibilidade de: 1) peticionamento sem advogado para o valor da causa apresentado; 2) deferimento do pedido liminar; 3) condenação da restituição em dobro; 4) julgamento de mérito da causa apresentada no âmbito do juizado especial. Conclua o texto apresentando uma possível solução para a demanda judicial.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

É facultativo uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente.
2. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras, aparelhos eletrônicos, celulares ou similares; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido utilizando ou portando, mesmo que desligados, os seguintes equipamentos: *beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo *pen drive* etc; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação; óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro etc.
3. Para garantir a isonomia e a lisura do Processo Seletivo, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários, bem como em outros momentos que a Coordenação julgar necessários durante a realização das provas.
4. **A prova objetiva será composta por 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha sendo: 15 (quinze) questões de Direito Civil e Direito Processual Civil; 15 (quinze) questões de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Direito do Consumidor aplicado aos Juizados Especiais Cíveis; e, 10 (dez) questões Direito Administrativo, Direito Tributário e Resoluções nº 174 do CNJ, 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D), das quais apenas 1 (uma) está correta. A prova dissertativa será composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade.**
5. O candidato, ao receber o Caderno de Provas, deverá conferi-lo, solicitando a imediata substituição, caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão.
6. As provas objetiva e dissertativa terão duração 4 (quatro) horas. O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (dissertativa).
7. **Ao terminar a prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (prova dissertativa), que serão utilizadas para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do Processo Seletivo.**
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir das 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado o Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjce.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 20h00min (horário local) do dia 18/09/2022.

- O prazo para a interposição dos recursos será de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia útil subsequente à da data da publicação do gabarito ou resultado objeto do recurso. Os recursos deverão ser apresentados ao Instituto Consulplan via endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59min do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022



Juiz Leigo

Manhã

Tipo 3 - AMARELA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

FUNÇÃO: JUIZ LEIGO

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Um homem ajuizou ação contra o banco do qual é cliente, alegando que é acionista investidor da instituição financeira e que deveria ter recebido dividendos correspondentes às suas ações preferenciais, valor que deve ser apurado por simples cálculo aritmético, em liquidação de sentença, não tendo havido qualquer pagamento por parte da casa bancária. Afirmou que se trata de relação de consumo e que, portanto, deveria ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Sobre o caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Código de Defesa do Consumidor só se aplica às relações de mútuo entre correntista e banco.
- B) Não é de competência dos Juizados, visto que não se trata de relação de consumo e não há pedido líquido.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é o diploma legal próprio para regular a relação e o pedido é líquido por referir bem específico.
- D) A aquisição de ações se insere no âmbito puramente consumerista e o cálculo matemático puro não afasta a liquidez do pedido.

Questão 02

Um casal viu em um determinado site de uma agência de turismo um pacote que incluía passagens aéreas para Londres e hospedagem em hotel no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Imediatamente fez a reserva. Três dias depois, eles receberam uma mensagem eletrônica da empresa informando que a operação de compra não foi concluída, pois o anúncio veiculado estava errado por uma falha no sistema, sendo que a cobrança não foi realizada no momento da reserva, não havendo, assim, valor a ser estornado. Os consumidores ajuizaram ação pedindo a emissão dos bilhetes e a confirmação da reserva de hotel no valor que havia sido ofertado. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A empresa deve prestar o serviço, pois a oferta vincula o fornecedor.
- B) A empresa fez uso de *dolus bonus* para supervalorizar o serviço oferecido.
- C) O erro técnico é suficiente para caracterizar a falha da prestação do serviço.
- D) O erro grosseiro e a rápida comunicação afastam a falha na prestação do serviço.

Questão 03

Em fase de execução, houve a impugnação do valor exequendo, afirmando-se que haveria excesso. No entanto, o juízo entendeu que os cálculos do exequente estavam corretos e desacolheu a impugnação, determinando que houvesse o prosseguimento do feito. Assinale o instrumento adequado para recorrer da decisão judicial nesta hipótese.

- A) Apelação.
- B) Contestação.
- C) Recurso inominado.
- D) Agravo de instrumento.

Questão 04

Determinada pessoa, após sofrer danos decorrentes de um acidente em seu equipamento eletrônico, utilizado para fins profissionais, requereu à seguradora, com a qual fizera a cobertura de riscos relativos ao bem, o pagamento da indenização prevista na apólice. Passados seis meses obteve negativa sob a alegação que o evento causador da avaria do equipamento não constava como hipótese concessiva da cobertura ajustada. Transcorridos nove meses dessa resposta o consumidor ingressa com ação judicial contra a seguradora, cuja citação ocorreu cinco meses após o ajuizamento da demanda, por questões administrativas do Tribunal. Em sua defesa, a empresa alegou que o pleito estaria prescrito, tendo em vista que prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador é ânua. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se operou a prescrição, pois o prazo para ingresso da ação indenizatória é de três anos.
- B) Operou-se a prescrição tendo em vista que a seguradora só fora citada após um ano da ocorrência do sinistro.
- C) Operou-se a prescrição, uma vez que o termo inicial para o ajuizamento da ação é contado a partir da data do sinistro.
- D) Não se operou a prescrição, pois a ciência do segurado sobre a recusa da cobertura securitária é o termo inicial do prazo prescricional.

Questão 05

Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreende o recolhimento do preparo recursal propriamente dito, bem como das custas processuais relativas ao julgamento pelo juízo de piso. A sua base de cálculo corresponde ao valor:

- A) Da condenação.
- B) Originário da causa.
- C) Do bem em disputa.
- D) Da causa atualizado.

Questão 06

Consumidor inadimplente é inscrito no cadastro de serviço de proteção ao crédito, após ser devidamente notificado. O prazo máximo de cinco anos no qual o nome do devedor pode ficar restrito em cadastros de crédito é contado a partir do(a):

- A) Data do vencimento da dívida.
- B) Data de sua inclusão no cadastro.
- C) Data em que o consumidor foi notificado.
- D) Dia seguinte à data de vencimento da dívida.

Questão 07

Consumidor adquire um fogão em uma de loja de eletrodomésticos. A compra foi financiada, pela própria loja, em doze parcelas, com a cobrança de juros de 5% ao mês, sendo a taxa anual de juros da economia brasileira (taxa de mercado) definida no patamar mensal de 1,5%. Considerando o caso hipotético, podemos afirmar que os juros praticados:

- A) Submetem-se ao limite previsto no Código Civil.
- B) Podem ser superiores à taxa média de mercado.
- C) Constituem forma idônea de remunerar o credor pelo mútuo.
- D) Estão corretos, posto que em conformidade com a taxa SELIC.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 08

Após realizarem transação de direitos disponíveis em audiência de conciliação, as partes chegaram a um acordo reduzido a termo relativo à cobrança de dívida. Posteriormente, o ajuste é homologado pelo juízo competente. Todavia, a obrigação prevista é descumprida pela parte que assumiu o encargo. Na situação descrita, para o cumprimento do documento homologado:

- A) Caberá a imediata penhora dos bens do devedor.
- B) Será necessária a interpelação extrajudicial do devedor.
- C) Deve ser realizado ajuizamento de demanda autônoma.
- D) Deve ocorrer a execução do acordo homologado pelo Juízo.

Questão 09

Certa consumidora promoveu ação de reparação de danos morais contra loja de departamento alegando ter sido exigida uma quantia de entrada para aquisição da mercadoria em valor maior do que aquele divulgado pela empresa, apesar de não existir restrição ao seu cadastro pessoal. Distribuído o feito no Juizado Especial, o julgador alegou que a reparação de dano moral é causa de maior complexidade e extinguiu a ação sem julgamento do mérito. Considerando o caso hipotético, a ação de dano moral:

- A) Tem a complexidade definida unicamente a critério do juiz.
- B) Envolve a esfera subjetiva do autor cuja aferição é complexa.
- C) Tem sua avaliação balizada pelo critério quantitativo dos Juizados.
- D) Exige análise de elementos técnicos alheios à competência dos Juizados.

Questão 10

Para a compra de veículo financiado, o cliente de certo banco formalizou contrato com a instituição financeira. Sem conseguir pagar as parcelas do empréstimo, o cliente resolveu processar o banco por considerar os juros abusivos. Em sede de antecipação de tutela, o autor pediu que seu nome não fosse inserido em cadastros restritivos de crédito, alegando que a propositura da ação suspendia o prazo para caracterizar a situação de inadimplência. Para descaracterizar a mora do devedor será necessário que o juiz:

- A) Reconheça a cláusula abusiva de ofício.
- B) Analise se o autor prestou caução idônea.
- C) Confronte a taxa cobrada com a média de mercado.
- D) Coteje a jurisprudência prevalente do Tribunal de origem.

Questão 11

As despesas condominiais são compostas pelos gastos realizados nas partes de uso comum do condomínio, pagos através do rateio entre os condôminos, observada a proporcionalidade de suas quotas. A cobrança de cotas condominiais em atraso no valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) será ajuizada no foro do(a):

- A) Domicílio do autor ou do domicílio do réu.
- B) Situação do imóvel ou do domicílio do réu.
- C) Domicílio do autor ou da situação do imóvel.
- D) Domicílio do réu ou da sede da administradora do condomínio.

Questão 12

Em decorrência dos gastos hospitalares despendidos após sofrer atropelamento, a pessoa que sofreu o acidente pretende ajuizar ação contra o condutor. Este, ao pisar no freio, não conseguiu parar o veículo, apesar de ter retirado o carro da oficina mecânica poucos minutos antes do infortúnio, para justamente consertar um problema de frenagem. Tal fato despertou seu interesse em processar o dono da oficina pela falha na prestação do serviço. Os respectivos prazos prescricionais para a exigibilidade das pretensões da vítima do acidente e do motorista, pela via judicial são de:

- A) 3 anos para ambos: vítima e condutor.
- B) 10 anos para ambos: vítima e condutor.
- C) 3 anos para a vítima e 10 anos para o motorista.
- D) 10 anos para a vítima e 3 anos para o motorista.

Questão 13

O processo nos Juizados Especiais Cíveis orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesse sentido, em sede de Juizado Especial, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é permitido o fracionamento da audiência em sessão de conciliação e de julgamento.
- B) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é verificada pelo objeto da prova.
- C) A competência para julgar causas de menor complexidade é aferida pelo direito material em questão.
- D) A produção de prova pericial é incabível, pois a apresentação de laudos e pareceres técnicos torna a causa mais complexa.

Questão 14

Em audiência de litígio que envolvia conflito entre vizinhos, o réu, que já apresentara contestação, não comparece, estando, contudo, representado no ato por seu advogado. Nesta situação:

- A) Uma vez que o procurador está presente, o comparecimento da parte é dispensável.
- B) Dado que fora apresentada contestação, não serão produzidos os efeitos da revelia.
- C) O não comparecimento pessoal da parte, mesmo oferecida resposta oral ou escrita, enseja os efeitos da revelia.
- D) A ausência da parte afasta a possibilidade de que o juiz examine os documentos juntados aos autos pelo réu.

Questão 15

A *disregard doctrine* (doutrina da desconsideração da personalidade jurídica), aplicada ao direito consumerista, apresenta traços que a distinguem da posição majoritária adotada no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao referido instituto. Para justificar a sua utilização no que concerne especificamente à autonomia da personalidade jurídica da empresa nas relações de consumo é suficiente haver:

- A) Desvio de finalidade.
- B) Confusão patrimonial.
- C) Intenção subjetiva do agente.
- D) Obstáculo ao ressarcimento do prejuízo do lesado.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

**JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
E DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO
AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS**

Questão 16

Sobre o Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- B) Aberta a sessão, o juiz togado ou leigo deverá esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio.
- C) Não sendo obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista na lei de regência do Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995).
- D) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação, mediante decisão com eficácia de título executivo.

Questão 17

Sobre a citação no Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O comparecimento espontâneo da parte suprirá a sua falta ou mesmo nulidade.
- B) Somente em situações excepcionais será feita por edital ou por oficial de justiça.
- C) Tratando-se de pessoa física, far-se-á por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.
- D) Tratando-se de pessoa jurídica, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, que será identificado.

Questão 18

Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar da defesa dos interesses e direitos difusos dos consumidores.
- B) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores somente será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- C) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu. Nesta hipótese o juiz imporá multa diária ao réu, desde que haja pedido expresso do autor nesse sentido.
- D) São legitimados, para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 19

Em relação aos contratos nas relações de consumo, assinale a afirmativa correta.

- A) São anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- B) No contrato de adesão o consumidor está impedido de discutir ou modificar seu conteúdo, razão pela qual a inserção de cláusula no formulário desfigurará a natureza de adesão do contrato.
- C) Sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, o consumidor disporá de um prazo de reflexão de sete dias para desistir do contrato.
- D) Nas relações que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento, o consumidor poderá promover a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, estando a redução proporcional dos juros e demais acréscimos condicionada à expressa previsão no contrato.

Questão 20

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/1995, em seu Capítulo II (Dos Juizados Especiais Cíveis), analise as afirmativas a seguir.

- I. É competente, para as causas sujeitas ao rito da Lei nº 9.099/1995, o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- II. Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes e incapazes, bem como os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- III. Não se admitirá, no processo sujeito ao rito do Juizado Especial, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á, contudo, o litisconsórcio.
- IV. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

Assinale a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um.
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Quatro.

Questão 21

Em sede de Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa correta.

- A) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida, desde que genérico o pedido.
- B) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral caberá recurso para o próprio Juizado.
- C) A contestação, oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, incluindo a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- D) Não se admitirá a reconvenção, sendo lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 22

Considerando a Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- () Somente a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, se enquadra no conceito de fornecedor. Os entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, não se enquadram neste conceito.
- () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

Questão 23

Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- A) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será interposta pela parte interessada oralmente ou por petição escrita no prazo de quinze dias.
- B) Efetuado o pagamento da exclusiva pena de multa na Secretaria do Juizado, o juiz declarará extinta a punibilidade do agente, determinando que a condenação não fique constando, para nenhum fim, dos registros criminais.
- C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para fins de aplicação do rito sumaríssimo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.
- D) É entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal que não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

Questão 24

Sobre o Juizado Especial Criminal, assinale a afirmativa correta.

- A) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- B) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se der a consumação da infração penal de menor potencial ofensivo.
- C) O processo perante o Juizado Especial objetivará, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- D) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz determinará ao oficial de justiça que reitere a diligência, suspendendo o feito até a efetivação da citação.

Questão 25

Considerando o que dispõe a lei criadora dos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao juiz o encaminhamento das peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- II. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o juiz não pode oferecer, de ofício ou a requerimento da parte, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, uma vez que esse ato é privativo do representante do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- III. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Quando opostos, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 26

NÃO apresenta um instituto despenalizador previsto expressamente na lei de regência dos Juizados Especiais Criminais:

- A) Transação penal.
- B) Suspensão condicional do processo.
- C) Composição civil extintiva da punibilidade.
- D) Suspensão condicional da pena privativa de liberdade.

Questão 27

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- A) A ignorância plena do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- B) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, sendo possível, por convenção, a exoneração contratual do fornecedor.
- C) Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.
- D) É de trinta dias o prazo máximo para que fornecedores sanem os vícios de produtos de consumo duráveis ou não duráveis, não podendo as partes convencionar a redução ou ampliação de tal prazo.

Questão 28

Uma vez homologado pelo juiz em sentença irrecorrível, o acordo de composição dos danos civis celebrado no Juizado Especial Criminal ensejará:

- A) Perempção.
- B) Perdão judicial.
- C) Decadência do direito de queixa ou representação.
- D) Renúncia ao direito de queixa ou de representação.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 29

Considerando a Lei nº 9.099/1995, compete ao Juizado Especial Cível a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Diante do exposto, assinale uma causa que se enquadra nesta esfera de competência do Juizado.

- A) Ação de alimentos.
- B) Ação de despejo para uso próprio.
- C) Ação relativa a acidente do trabalho.
- D) Ação patrimonial referente ao estado das pessoas.

Questão 30

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera. NÃO contempla uma circunstância relevante na consideração de um produto como defeituoso:

- A) Sua apresentação.
- B) A época em que foi colocado em circulação.
- C) O uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- D) O fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

**DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO
E RESOLUÇÕES Nº 174 DO CNJ, 02/2019 E
06/2022 DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJCE**

Questão 31

Edwirges atualmente reside no Piauí, mas possui família em Fortaleza, vislumbrando, então, a possibilidade de atuar como juíza leiga no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará. Diante disso, relacionou informações acerca de sua vida pessoal, política e profissional e confrontou com os requisitos estabelecidos na Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 02/2019, chegando à conclusão que não poderia assumir a função. Analise as afirmativas e assinale a única que NÃO seria fator impeditivo para o exercício da função de juíza leiga por *Edwirges*.

- A) É filiada a partido político.
- B) É servidora comissionada do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- C) É de nacionalidade originária alemã, tendo se naturalizado brasileira há dois meses.
- D) Logrou aprovação no Exame de Ordem há três anos, possuindo um ano de experiência jurídica na área.

Questão 32

Aquele que for designado para a função de juiz leigo do Tribunal de Justiça do Ceará será considerado auxiliar da Justiça e atuará em subordinação às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado titular, em respondência ou em auxílio, da unidade. A este último, nos termos das Resoluções nº 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, caberá atestar o número de atos homologados, sendo remunerados os atos relativos a:

- A) Desistências.
- B) Embargos de declaração.
- C) Minuta de voto homologada, inclusive em agravo interno.
- D) Homologações de sentenças de extinção do processo no caso de ausência do autor.

Questão 33

Considerando o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- B) A teoria do risco administrativo não admite as excludentes de responsabilidade do Estado.
- C) No que tange aos notários e oficiais de registro, apesar de prestarem serviço público, o legislador infraconstitucional fez expressa opção pela responsabilização subjetiva.
- D) O Estado deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, de modo que, em caso de inobservância desse dever específico, o Estado é responsável pela morte de detento.

Questão 34

São de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- A) As causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- B) Processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor definido em lei.
- C) As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- D) As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

Questão 35

A Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, se traduz em medida de aprimoramento dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, concretizando a previsão da atuação de juízes leigos neste âmbito existente nas Leis Federais nº 9.099/1995 e nº 12.153/2009, bem como na Constituição Federal (Art. 98, I). A respeito de seus termos, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () No exercício da função, o juiz leigo terá o prazo máximo de dez dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que será entranhado nos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática, para posterior homologação pelo juiz togado titular.
- () O juiz leigo poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca, enquanto no desempenho das respectivas funções, desde que se trate de causa que não envolva a Fazenda Pública.
- () Os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*, embora submetidos a procedimento de seleção.
- () As orientações e o entendimento jurídico do juiz togado constituem norte para a atuação do juiz leigo, em caráter de subordinação.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, V.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 36

Guilherme, juiz leigo recém-designado no Tribunal de Justiça do Ceará, participará dos primeiros atos no exercício da função em breve e está com dúvidas a respeito das informações que poderá fornecer às partes. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) Guilherme poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, de forma clara e imparcial.
- B) Guilherme não poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, uma vez que isso configuraria ativismo judicial.
- C) Guilherme poderá advertir as partes acerca dos possíveis resultados de uma demanda judicial, fazendo pré-julgamento da causa, quando for necessário para orientá-las.
- D) Guilherme não poderá advertir sobre os inconvenientes de judicialização da disputa, uma vez que isso afrontaria o direito de ação constitucionalmente garantido a todos.

Questão 37

Acerca da organização administrativa e a administração pública em juízo, é correto afirmar que:

- A) Em regra, compete à Justiça Federal julgar as causas envolvendo os serviços sociais autônomos.
- B) Associação de Municípios e Prefeitos possui legitimidade ativa para tutelar em juízo direitos e interesses das pessoas jurídicas de direito público.
- C) Município tem legitimidade *ad causam* para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos consumeristas questionando a cobrança de tarifas bancárias.
- D) Viola o princípio da legalidade a aplicação de multa prevista em resoluções criadas por agências reguladoras, ainda que haja previsão na legislação ordinária delegando à agência reguladora competência para a edição de normas e regulamentos no seu âmbito de atuação.

Questão 38

Em recente julgado do STF foi decidido que, quanto à alíquota de produtos/serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações “discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços”. A decisão, tal como lançada e reproduzida no trecho anterior disposto, está embasada no princípio constitucional tributário da:

- A) Legalidade.
- B) Seletividade.
- C) Proporcionalidade.
- D) Vedação ao confisco.

Questão 39

Usufrutuário de determinado imóvel veio a falecer, tendo havido a consolidação da propriedade plena na pessoa do herdeiro e nu-proprietário. Entretanto, o Estado requer do herdeiro o pagamento do ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, também chamado de ITD. Na hipótese descrita o imposto:

- A) Não deve ser pago, visto que a exação que incide é o ITBI.
- B) Não é devido, uma vez que não ocorre o fato gerador do tributo.
- C) É devido, porém só deve ser pago se não houver hipótese de isenção.
- D) Deve ser pago, considerando ocorrido o fato gerador no momento da morte.

Questão 40

Determinada empresa precisando obter financiamento e necessitando obter certidões fiscais para fechar o negócio vem consultá-lo. Ocorre que a sociedade empresarial em comento está pagando um parcelamento de tributos concretizado em acordo celebrado com o Fisco Estadual. Na hipótese referida, quanto às certidões, deve-se orientar o cliente da seguinte forma:

- A) Havendo a dívida, aplica-se o princípio *solve et repete*.
- B) Só via mandado de segurança poderá obter a certidão negativa.
- C) Indispensável consignar o valor da dívida para conseguir a certidão.
- D) A empresa tem direito de obter a certidão positiva com efeito de negativa.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Dissertativa, composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade, terá caráter eliminatório e classificatório.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas. Da nota total estabelecida pelos critérios descritos ainda será deduzido 0,4 ponto para cada linha completa não escrita, considerando o mínimo de linhas exigido e desconsiderado para avaliação o texto excedente ao máximo de linhas estabelecido.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes nos cadernos de questões contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- À prova dissertativa serão atribuídos 20 (vinte) pontos, divididos conforme quesitos a seguir.

PARTE 1 – ESTRUTURA TEXTUAL GLOBAL		
(A) ABORDAGEM DO TEMA	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato selecionar argumentos convenientes, dentro do perfil esperado, assim como a boa qualificação desses argumentos.		
(B) PROGRESSÃO TEXTUAL	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato mostrar coesão e coerência entre os parágrafos componentes do texto por ele redigido, assim como a distribuição do tema por uma evolução adequada de suas partes.		
(C) SUGESTÃO DE SOLUÇÃO	2 pontos	
Considera a capacidade de o candidato indicar soluções adequadas para o problema levantado pelo tema.		
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 1	10 pontos	
PARTE 2 – CORREÇÃO GRAMATICAL		
	PONTUAÇÃO	DEDUÇÃO A CADA ERRO
(A) SELEÇÃO VOCABULAR	2 pontos	0,2 ponto
Considera problemas de inadequação vocabular, troca entre parônimos, emprego de palavras gerais por específicas, emprego de vocábulos de variação linguística inadequada, marcas de oralidade.		
(B) ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA	2 pontos	0,2 ponto
(C) CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA	2 pontos	0,4 ponto
(D) ESTRUTURAÇÃO DA FRASE	2 pontos	0,4 ponto
Considera problemas gerais de construção frasal.		
(E) PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS	2 pontos	0,2 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 2	10 pontos	

MARIA SILVA, servidora aposentada do Estado do Ceará, constatou uma série de descontos em seus proventos, lançados sobre a rubrica de empréstimo consignado, totalizando, ao final de alguns meses, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em contato com a Unidade Gestora do benefício previdenciário, foi informada que os descontos são lançados automaticamente pela empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA. Ocorre que MARIA SILVA nunca fez empréstimo consignado nem reconhece a dívida, assim, compareceu à ataruação do Juizado Especial do TJCE e propôs um pedido de declaração de inexistência de relação contratual com a empresa, devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos e repetição em dobro do indébito. Liminarmente, pediu a cessação imediata dos descontos. Posteriormente, em um aditamento da ataruação, MARIA SILVA juntou provas de que a empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA havia procedido do mesmo modo com outros aposentados e que estava em processo de falência, apresentando, então, os dados do administrador da massa falida.

Redija um texto dissertativo coeso e com adequada concatenação de argumentos, abordando os seguintes aspectos do caso apresentado, quanto à possibilidade de: 1) petição sem advogado para o valor da causa apresentado; 2) deferimento do pedido liminar; 3) condenação da restituição em dobro; 4) julgamento de mérito da causa apresentada no âmbito do juizado especial. Conclua o texto apresentando uma possível solução para a demanda judicial.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

É facultativo uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente.
2. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras, aparelhos eletrônicos, celulares ou similares; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido utilizando ou portando, mesmo que desligados, os seguintes equipamentos: *beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo *pen drive* etc; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação; óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro etc.
3. Para garantir a isonomia e a lisura do Processo Seletivo, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários, bem como em outros momentos que a Coordenação julgar necessários durante a realização das provas.
4. **A prova objetiva será composta por 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha sendo: 15 (quinze) questões de Direito Civil e Direito Processual Civil; 15 (quinze) questões de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Direito do Consumidor aplicado aos Juizados Especiais Cíveis; e, 10 (dez) questões Direito Administrativo, Direito Tributário e Resoluções nº 174 do CNJ, 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D), das quais apenas 1 (uma) está correta. A prova dissertativa será composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade.**
5. O candidato, ao receber o Caderno de Provas, deverá conferi-lo, solicitando a imediata substituição, caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão.
6. As provas objetiva e dissertativa terão duração 4 (quatro) horas. O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (dissertativa).
7. **Ao terminar a prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (prova dissertativa), que serão utilizadas para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do Processo Seletivo.**
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir das 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado o Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjce.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 20h00min (horário local) do dia 18/09/2022.

- O prazo para a interposição dos recursos será de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia útil subsequente à da data da publicação do gabarito ou resultado objeto do recurso. Os recursos deverão ser apresentados ao Instituto Consulplan via endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59min do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

SELEÇÃO PÚBLICA Nº 001/2022



Juiz Leigo

Manhã

Tipo 4 - AZUL

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

FUNÇÃO: JUIZ LEIGO

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 01

Um casal viu em um determinado site de uma agência de turismo um pacote que incluía passagens aéreas para Londres e hospedagem em hotel no valor de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais). Imediatamente fez a reserva. Três dias depois, eles receberam uma mensagem eletrônica da empresa informando que a operação de compra não foi concluída, pois o anúncio veiculado estava errado por uma falha no sistema, sendo que a cobrança não foi realizada no momento da reserva, não havendo, assim, valor a ser estornado. Os consumidores ajuizaram ação pedindo a emissão dos bilhetes e a confirmação da reserva de hotel no valor que havia sido ofertado. Sobre o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) A empresa deve prestar o serviço, pois a oferta vincula o fornecedor.
- B) A empresa fez uso de *dolus bonus* para supervalorizar o serviço oferecido.
- C) O erro técnico é suficiente para caracterizar a falha da prestação do serviço.
- D) O erro grosseiro e a rápida comunicação afastam a falha na prestação do serviço.

Questão 02

Um homem ajuizou ação contra o banco do qual é cliente, alegando que é acionista investidor da instituição financeira e que deveria ter recebido dividendos correspondentes às suas ações preferenciais, valor que deve ser apurado por simples cálculo aritmético, em liquidação de sentença, não tendo havido qualquer pagamento por parte da casa bancária. Afirmou que se trata de relação de consumo e que, portanto, deveria ser aplicado o Código de Defesa do Consumidor (CDC). Sobre o caso hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) O Código de Defesa do Consumidor só se aplica às relações de mútuo entre correntista e banco.
- B) Não é de competência dos Juizados, visto que não se trata de relação de consumo e não há pedido líquido.
- C) O Código de Defesa do Consumidor é o diploma legal próprio para regular a relação e o pedido é líquido por referir bem específico.
- D) A aquisição de ações se insere no âmbito puramente consumerista e o cálculo matemático puro não afasta a liquidez do pedido.

Questão 03

Nos Juizados Especiais, o preparo do recurso compreende o recolhimento do preparo recursal propriamente dito, bem como das custas processuais relativas ao julgamento pelo juízo de piso. A sua base de cálculo corresponde ao valor:

- A) Da condenação.
- B) Originário da causa.
- C) Do bem em disputa.
- D) Da causa atualizado.

Questão 04

Para a compra de veículo financiado, o cliente de certo banco formalizou contrato com a instituição financeira. Sem conseguir pagar as parcelas do empréstimo, o cliente resolveu processar o banco por considerar os juros abusivos. Em sede de antecipação de tutela, o autor pediu que seu nome não fosse inserido em cadastros restritivos de crédito, alegando que a propositura da ação suspendia o prazo para caracterizar a situação de inadimplência. Para descaracterizar a mora do devedor será necessário que o juiz:

- A) Reconheça a cláusula abusiva de ofício.
- B) Analise se o autor prestou caução idônea.
- C) Confronte a taxa cobrada com a média de mercado.
- D) Coteje a jurisprudência prevalente do Tribunal de origem.

Questão 05

Certa consumidora promoveu ação de reparação de danos morais contra loja de departamento alegando ter sido exigida uma quantia de entrada para aquisição da mercadoria em valor maior do que aquele divulgado pela empresa, apesar de não existir restrição ao seu cadastro pessoal. Distribuído o feito no Juizado Especial, o julgador alegou que a reparação de dano moral é causa de maior complexidade e extinguiu a ação sem julgamento do mérito. Considerando o caso hipotético, a ação de dano moral:

- A) Tem a complexidade definida unicamente a critério do juiz.
- B) Envolve a esfera subjetiva do autor cuja aferição é complexa.
- C) Tem sua avaliação balizada pelo critério quantitativo dos Juizados.
- D) Exige análise de elementos técnicos alheios à competência dos Juizados.

Questão 06

Após realizarem transação de direitos disponíveis em audiência de conciliação, as partes chegaram a um acordo reduzido a termo relativo à cobrança de dívida. Posteriormente, o ajuste é homologado pelo juízo competente. Todavia, a obrigação prevista é descumprida pela parte que assumiu o encargo. Na situação descrita, para o cumprimento do documento homologado:

- A) Caberá a imediata penhora dos bens do devedor.
- B) Será necessária a interposição extrajudicial do devedor.
- C) Deve ser realizado ajuizamento de demanda autônoma.
- D) Deve ocorrer a execução do acordo homologado pelo Juízo.

Questão 07

As despesas condominiais são compostas pelos gastos realizados nas partes de uso comum do condomínio, pagos através do rateio entre os condôminos, observada a proporcionalidade de suas quotas. A cobrança de cotas condominiais em atraso no valor de R\$ 12.000 (doze mil reais) será ajuizada no foro do(a):

- A) Domicílio do autor ou do domicílio do réu.
- B) Situação do imóvel ou do domicílio do réu.
- C) Domicílio do autor ou da situação do imóvel.
- D) Domicílio do réu ou da sede da administradora do condomínio.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 08

O processo nos Juizados Especiais Cíveis orienta-se pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade. Nesse sentido, em sede de Juizado Especial, assinale a afirmativa correta.

- A) Não é permitido o fracionamento da audiência em sessão de conciliação e de julgamento.
- B) A menor complexidade da causa para a fixação da competência é verificada pelo objeto da prova.
- C) A competência para julgar causas de menor complexidade é aferida pelo direito material em questão.
- D) A produção de prova pericial é incabível, pois a apresentação de laudos e pareceres técnicos torna a causa mais complexa.

Questão 09

Em decorrência dos gastos hospitalares despendidos após sofrer atropelamento, a pessoa que sofreu o acidente pretende ajuizar ação contra o condutor. Este, ao pisar no freio, não conseguiu parar o veículo, apesar de ter retirado o carro da oficina mecânica poucos minutos antes do infortúnio, para justamente consertar um problema de frenagem. Tal fato despertou seu interesse em processar o dono da oficina pela falha na prestação do serviço. Os respectivos prazos prescricionais para a exigibilidade das pretensões da vítima do acidente e do motorista, pela via judicial são de:

- A) 3 anos para ambos: vítima e condutor.
- B) 10 anos para ambos: vítima e condutor.
- C) 3 anos para a vítima e 10 anos para o motorista.
- D) 10 anos para a vítima e 3 anos para o motorista.

Questão 10

A *disregard doctrine* (doutrina da desconsideração da personalidade jurídica), aplicada ao direito consumerista, apresenta traços que a distingue da posição majoritária adotada no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao referido instituto. Para justificar a sua utilização no que concerne especificamente à autonomia da personalidade jurídica da empresa nas relações de consumo é suficiente haver:

- A) Desvio de finalidade.
- B) Confusão patrimonial.
- C) Intenção subjetiva do agente.
- D) Obstáculo ao ressarcimento do prejuízo do lesado.

Questão 11

Em audiência de litígio que envolvia conflito entre vizinhos, o réu, que já apresentara contestação, não comparece, estando, contudo, representado no ato por seu advogado. Nesta situação:

- A) Uma vez que o procurador está presente, o comparecimento da parte é dispensável.
- B) Dado que fora apresentada contestação, não serão produzidos os efeitos da revelia.
- C) O não comparecimento pessoal da parte, mesmo oferecida resposta oral ou escrita, enseja os efeitos da revelia.
- D) A ausência da parte afasta a possibilidade de que o juiz examine os documentos juntados aos autos pelo réu.

Questão 12

Determinada pessoa, após sofrer danos decorrentes de um acidente em seu equipamento eletrônico, utilizado para fins profissionais, requereu à seguradora, com a qual fizera a cobertura de riscos relativos ao bem, o pagamento da indenização prevista na apólice. Passados seis meses obteve negativa sob a alegação que o evento causador da avaria do equipamento não constava como hipótese concessiva da cobertura ajustada. Transcorridos nove meses dessa resposta o consumidor ingressa com ação judicial contra a seguradora, cuja citação ocorreu cinco meses após o ajuizamento da demanda, por questões administrativas do Tribunal. Em sua defesa, a empresa alegou que o pleito estaria prescrito, tendo em vista que prazo prescricional para exercício de qualquer pretensão do segurado em face do segurador é ânulo. Considerando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Não se operou a prescrição, pois o prazo para ingresso da ação indenizatória é de três anos.
- B) Operou-se a prescrição tendo em vista que a seguradora só fora citada após um ano da ocorrência do sinistro.
- C) Operou-se a prescrição, uma vez que o termo inicial para o ajuizamento da ação é contado a partir da data do sinistro.
- D) Não se operou a prescrição, pois a ciência do segurado sobre a recusa da cobertura securitária é o termo inicial do prazo prescricional.

Questão 13

Em fase de execução, houve a impugnação do valor exequendo, afirmando-se que haveria excesso. No entanto, o juízo entendeu que os cálculos do exequente estavam corretos e desacolheu a impugnação, determinando que houvesse o prosseguimento do feito. Assinale o instrumento adequado para recorrer da decisão judicial nesta hipótese.

- A) Apelação.
- B) Contestação.
- C) Recurso inominado.
- D) Agravo de instrumento.

Questão 14

Consumidor adquire um fogão em uma de loja de eletrodomésticos. A compra foi financiada, pela própria loja, em doze parcelas, com a cobrança de juros de 5% ao mês, sendo a taxa anual de juros da economia brasileira (taxa de mercado) definida no patamar mensal de 1,5%. Considerando o caso hipotético, podemos afirmar que os juros praticados:

- A) Submetem-se ao limite previsto no Código Civil.
- B) Podem ser superiores à taxa média de mercado.
- C) Constituem forma idônea de remunerar o credor pelo mútuo.
- D) Estão corretos, posto que em conformidade com a taxa SELIC.

Questão 15

Consumidor inadimplente é inscrito no cadastro de serviço de proteção ao crédito, após ser devidamente notificado. O prazo máximo de cinco anos no qual o nome do devedor pode ficar restrito em cadastros de crédito é contado a partir do(a):

- A) Data do vencimento da dívida.
- B) Data de sua inclusão no cadastro.
- C) Data em que o consumidor foi notificado.
- D) Dia seguinte à data de vencimento da dívida.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS
E DIREITO DO CONSUMIDOR APLICADO
AOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS

Questão 16

Considerando o que dispõe a lei criadora dos Juizados Especiais Criminais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se a complexidade ou as circunstâncias do caso não permitirem a formulação da denúncia, o Ministério Público poderá requerer ao juiz o encaminhamento das peças existentes ao juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.
- II. Nas infrações penais de menor potencial ofensivo, o juiz não pode oferecer, de ofício ou a requerimento da parte, a proposta de aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, uma vez que esse ato é privativo do representante do Ministério Público, titular da ação penal pública.
- III. Cabem embargos de declaração quando, em sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição ou omissão. Quando opostos, os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de recurso.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 17

Em relação aos contratos nas relações de consumo, assinale a afirmativa correta.

- A) São anuláveis as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.
- B) No contrato de adesão o consumidor está impedido de discutir ou modificar seu conteúdo, razão pela qual a inserção de cláusula no formulário desfigurará a natureza de adesão do contrato.
- C) Sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, o consumidor disporá de um prazo de reflexão de sete dias para desistir do contrato.
- D) Nas relações que envolvam outorga de crédito ou concessão de financiamento, o consumidor poderá promover a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, estando a redução proporcional dos juros e demais acréscimos condicionada à expressa previsão no contrato.

Questão 18

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC), o produto é considerado defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera. NÃO contempla uma circunstância relevante na consideração de um produto como defeituoso:

- A) Sua apresentação.
- B) A época em que foi colocado em circulação.
- C) O uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam.
- D) O fato de outro de melhor qualidade ter sido colocado no mercado.

Questão 19

Sobre o Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) É cabível a conciliação não presencial conduzida pelo Juizado mediante o emprego dos recursos tecnológicos disponíveis de transmissão de sons e imagens em tempo real.
- B) Aberta a sessão, o juiz togado ou leigo deverá esclarecer as partes presentes sobre as vantagens da conciliação, mostrando-lhes os riscos e as consequências do litígio.
- C) Não sendo obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista na lei de regência do Juizado Especial Cível (Lei nº 9.099/1995).
- D) Obtida a conciliação, esta será reduzida a escrito e homologada pelo juiz togado ou leigo, ou por conciliador sob sua orientação, mediante decisão com eficácia de título executivo.

Questão 20

Sobre os Juizados Especiais Criminais, assinale a afirmativa correta.

- A) Da decisão de rejeição da denúncia ou queixa e da sentença caberá apelação, que será interposta pela parte interessada oralmente ou por petição escrita no prazo de quinze dias.
- B) Efetuado o pagamento da exclusiva pena de multa na Secretaria do Juizado, o juiz declarará extinta a punibilidade do agente, determinando que a condenação não fique constando, para nenhum fim, dos registros criminais.
- C) Consideram-se infrações penais de menor potencial ofensivo, para fins de aplicação do rito sumaríssimo, as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a dois anos, desde que não cumulada com multa.
- D) É entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal que não se admite a suspensão condicional do processo por crime continuado, se a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento mínimo de um sexto for superior a um ano.

Questão 21

Sobre o que dispõe a Lei nº 9.099/1995, em seu Capítulo II (Dos Juizados Especiais Cíveis), analise as afirmativas a seguir.

- I. É competente, para as causas sujeitas ao rito da Lei nº 9.099/1995, o foro do domicílio do réu ou, a critério do autor, do local onde aquele exerça atividades profissionais ou econômicas ou mantenha estabelecimento, filial, agência, sucursal ou escritório.
- II. Serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial as pessoas físicas capazes e incapazes, bem como os cessionários de direito de pessoas jurídicas.
- III. Não se admitirá, no processo sujeito ao rito do Juizado Especial, qualquer forma de intervenção de terceiro nem de assistência. Admitir-se-á, contudo, o litisconsórcio.
- IV. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição de recursos, computar-se-ão somente os dias úteis.

Assinale a quantidade de afirmativas corretas.

- A) Um.
- B) Dois.
- C) Três.
- D) Quatro.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 22

Sobre a defesa do consumidor em juízo, assinale a alternativa correta.

- A) Nas ações coletivas de que trata o Código de Defesa do Consumidor, a sentença fará coisa julgada ultra partes, mas limitadamente ao grupo, categoria ou classe, quando se tratar da defesa dos interesses e direitos difusos dos consumidores.
- B) A defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores somente será exercida quando se tratar de interesses ou direitos difusos, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.
- C) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, citando o réu. Nesta hipótese o juiz imporá multa diária ao réu, desde que haja pedido expresso do autor nesse sentido.
- D) São legitimados, para promover a defesa coletiva dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas, os órgãos e entidades da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Código de Defesa do Consumidor.

Questão 23

Em sede de Juizados Especiais Cíveis, assinale a afirmativa correta.

- A) Admitir-se-á sentença condenatória por quantia ilíquida, desde que genérico o pedido.
- B) Da sentença homologatória de conciliação ou laudo arbitral caberá recurso para o próprio Juizado.
- C) A contestação, oral ou escrita, conterà toda matéria de defesa, incluindo a arguição de suspeição ou impedimento do juiz.
- D) Não se admitirá a reconvenção, sendo lícito ao réu, na contestação, formular pedido contraposto fundado nos mesmos fatos que constituem objeto da controvérsia.

Questão 24

NÃO apresenta um instituto despenalizador previsto expressamente na lei de regência dos Juizados Especiais Criminais:

- A) Transação penal.
- B) Suspensão condicional do processo.
- C) Composição civil extintiva da punibilidade.
- D) Suspensão condicional da pena privativa de liberdade.

Questão 25

Uma vez homologado pelo juiz em sentença irrecorrível, o acordo de composição dos danos civis celebrado no Juizado Especial Criminal ensejará:

- A) Perempção.
- B) Perdão judicial.
- C) Decadência do direito de queixa ou representação.
- D) Renúncia ao direito de queixa ou de representação.

Questão 26

Sobre o Juizado Especial Criminal, assinale a afirmativa correta.

- A) A prática de atos processuais em outras comarcas poderá ser solicitada por qualquer meio hábil de comunicação.
- B) A competência do Juizado será determinada pelo lugar em que se der a consumação da infração penal de menor potencial ofensivo.
- C) O processo perante o Juizado Especial objetivará, sempre que possível, a reparação dos danos sofridos pela vítima e a aplicação de pena privativa de liberdade.
- D) Não sendo encontrado o acusado para ser citado, o Juiz determinará ao oficial de justiça que reitere a diligência, suspendendo o feito até a efetivação da citação.

Questão 27

Sobre a citação no Juizado Especial Cível, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) O comparecimento espontâneo da parte suprirá a sua falta ou mesmo nulidade.
- B) Somente em situações excepcionais será feita por edital ou por oficial de justiça.
- C) Tratando-se de pessoa física, far-se-á por correspondência com aviso de recebimento em mão própria.
- D) Tratando-se de pessoa jurídica, será feita mediante entrega ao encarregado da recepção, que será identificado.

Questão 28

Considerando a Lei nº 9.099/1995, compete ao Juizado Especial Cível a conciliação, o processo e o julgamento das causas cíveis de menor complexidade. Diante do exposto, assinale uma causa que se enquadra nesta esfera de competência do Juizado.

- A) Ação de alimentos.
- B) Ação de despejo para uso próprio.
- C) Ação relativa a acidente do trabalho.
- D) Ação patrimonial referente ao estado das pessoas.

Questão 29

Com base nas disposições do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a afirmativa correta.

- A) A ignorância plena do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.
- B) A garantia legal de adequação do produto ou serviço independe de termo expresso, sendo possível, por convenção, a exoneração contratual do fornecedor.
- C) Sendo o dano causado por componente ou peça incorporada ao produto ou serviço, são responsáveis solidários seu fabricante, construtor ou importador e o que realizou a incorporação.
- D) É de trinta dias o prazo máximo para que fornecedores sanem os vícios de produtos de consumo duráveis ou não duráveis, não podendo as partes convencionar a redução ou ampliação de tal prazo.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 30

Considerando a Lei nº 8.078/1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, desde que determináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
- () Somente a pessoa física ou jurídica, pública ou privada, se enquadra no conceito de fornecedor. Os entes despersonalizados, ainda que desenvolvam atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços, não se enquadram neste conceito.
- () Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito, securitária e as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, F, F.

**DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO
E RESOLUÇÕES Nº 174 DO CNJ, 02/2019 E
06/2022 DO ÓRGÃO ESPECIAL DO TJCE**

Questão 31

A Resolução nº 174/2013, do Conselho Nacional de Justiça, se traduz em medida de aprimoramento dos serviços prestados pelos Juizados Especiais, concretizando a previsão da atuação de juízes leigos neste âmbito existente nas Leis Federais nº 9.099/1995 e nº 12.153/2009, bem como na Constituição Federal (Art. 98, I). A respeito de seus termos, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () No exercício da função, o juiz leigo terá o prazo máximo de dez dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que será entranhado nos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática, para posterior homologação pelo juiz togado titular.
- () O juiz leigo poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca, enquanto no desempenho das respectivas funções, desde que se trate de causa que não envolva a Fazenda Pública.
- () Os juízes leigos poderão ser suspensos ou afastados de suas funções, *ad nutum*, embora submetidos a procedimento de seleção.
- () As orientações e o entendimento jurídico do juiz togado constituem norte para a atuação do juiz leigo, em caráter de subordinação.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, V, V, V.

Questão 32

São de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública:

- A) As causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- B) Processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor definido em lei.
- C) As causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- D) As ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.

Questão 33

Guilherme, juiz leigo recém-designado no Tribunal de Justiça do Ceará, participará dos primeiros atos no exercício da função em breve e está com dúvidas a respeito das informações que poderá fornecer às partes. A esse respeito, é correto afirmar que:

- A) Guilherme poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, de forma clara e imparcial.
- B) Guilherme não poderá informar os riscos e as consequências de uma demanda judicial, uma vez que isso configuraria ativismo judicial.
- C) Guilherme poderá advertir as partes acerca dos possíveis resultados de uma demanda judicial, fazendo pré-julgamento da causa, quando for necessário para orientá-las.
- D) Guilherme não poderá advertir sobre os inconvenientes de judicialização da disputa, uma vez que isso afrontaria o direito de ação constitucionalmente garantido a todos.

Questão 34

Considerando o tema da responsabilidade civil do Estado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) A responsabilidade civil por danos nucleares independe da existência de culpa.
- B) A teoria do risco administrativo não admite as excludentes de responsabilidade do Estado.
- C) No que tange aos notários e oficiais de registro, apesar de prestarem serviço público, o legislador infraconstitucional fez expressa opção pela responsabilização subjetiva.
- D) O Estado deve assegurar aos presos o respeito à integridade física e moral, de modo que, em caso de inobservância desse dever específico, o Estado é responsável pela morte de detento.

Questão 35

Aquele que for designado para a função de juiz leigo do Tribunal de Justiça do Ceará será considerado auxiliar da Justiça e atuará em subordinação às orientações e ao entendimento jurídico do juiz togado titular, em respondência ou em auxílio, da unidade. A este último, nos termos das Resoluções nº 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, caberá atestar o número de atos homologados, sendo remunerados os atos relativos a:

- A) Desistências.
- B) Embargos de declaração.
- C) Minuta de voto homologada, inclusive em agravo interno.
- D) Homologações de sentenças de extinção do processo no caso de ausência do autor.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

Questão 36

Edwirges atualmente reside no Piauí, mas possui família em Fortaleza, vislumbrando, então, a possibilidade de atuar como juíza leiga no âmbito do Tribunal de Justiça do Ceará. Diante disso, relacionou informações acerca de sua vida pessoal, política e profissional e confrontou com os requisitos estabelecidos na Resolução do Órgão Especial do TJCE nº 02/2019, chegando à conclusão que não poderia assumir a função. Analise as afirmativas e assinale a única que NÃO seria fator impeditivo para o exercício da função de juíza leiga por *Edwirges*.

- A) É filiada a partido político.
- B) É servidora comissionada do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
- C) É de nacionalidade originária alemã, tendo se naturalizado brasileira há dois meses.
- D) Logrou aprovação no Exame de Ordem há três anos, possuindo um ano de experiência jurídica na área.

Questão 37

Acerca da organização administrativa e a administração pública em juízo, é correto afirmar que:

- A) Em regra, compete à Justiça Federal julgar as causas envolvendo os serviços sociais autônomos.
- B) Associação de Municípios e Prefeitos possui legitimidade ativa para tutelar em juízo direitos e interesses das pessoas jurídicas de direito público.
- C) Município tem legitimidade *ad causam* para ajuizar ação civil pública em defesa de direitos consumeristas questionando a cobrança de tarifas bancárias.
- D) Viola o princípio da legalidade a aplicação de multa prevista em resoluções criadas por agências reguladoras, ainda que haja previsão na legislação ordinária delegando à agência reguladora competência para a edição de normas e regulamentos no seu âmbito de atuação.

Questão 38

Usufrutuário de determinado imóvel veio a falecer, tendo havido a consolidação da propriedade plena na pessoa do herdeiro e nu-proprietário. Entretanto, o Estado requer do herdeiro o pagamento do ITCMD – Imposto de Transmissão *Causa Mortis* e Doação, também chamado de ITD. Na hipótese descrita o imposto:

- A) Não deve ser pago, visto que a exação que incide é o ITBI.
- B) Não é devido, uma vez que não ocorre o fato gerador do tributo.
- C) É devido, porém só deve ser pago se não houver hipótese de isenção.
- D) Deve ser pago, considerando ocorrido o fato gerador no momento da morte.

Questão 39

Em recente julgado do STF foi decidido que, quanto à alíquota de produtos/serviços essenciais, como energia elétrica e telecomunicações “discrepam do figurino constitucional alíquotas sobre as operações de energia elétrica e serviços de telecomunicação em patamar superior ao das operações em geral, considerada a essencialidade dos bens e serviços”. A decisão, tal como lançada e reproduzida no trecho anterior disposto, está embasada no princípio constitucional tributário da:

- A) Legalidade.
- B) Seletividade.
- C) Proporcionalidade.
- D) Vedação ao confisco.

Questão 40

Determinada empresa precisando obter financiamento e necessitando obter certidões fiscais para fechar o negócio vem consultá-lo. Ocorre que a sociedade empresarial em comento está pagando um parcelamento de tributos concretizado em acordo celebrado com o Fisco Estadual. Na hipótese referida, quanto às certidões, deve-se orientar o cliente da seguinte forma:

- A) Havendo a dívida, aplica-se o princípio *solve et repete*.
- B) Só via mandado de segurança poderá obter a certidão negativa.
- C) Indispensável consignar o valor da dívida para conseguir a certidão.
- D) A empresa tem direito de obter a certidão positiva com efeito de negativa.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em QUALQUER MEIO.
O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

**SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ**

PROVA DISSERTATIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Dissertativa, composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade, terá caráter eliminatório e classificatório.
- A resposta da prova dissertativa deverá ser escrita à caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, de forma legível, em letra cursiva ou letra de forma, sob pena de ser anulada.
- A prova dissertativa deverá ser desenvolvida com número mínimo de 20 (vinte) e máximo de 30 (trinta) linhas. Da nota total estabelecida pelos critérios descritos ainda será deduzido 0,4 ponto para cada linha completa não escrita, considerando o mínimo de linhas exigido e desconsiderado para avaliação o texto excedente ao máximo de linhas estabelecido.
- Não será corrigida a resposta à prova dissertativa que: estiver escrita a lápis; não observar as orientações presentes nos cadernos de questões contiver identificação fora do local apropriado; apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos); e, estiver em branco.
- À prova dissertativa serão atribuídos 20 (vinte) pontos, divididos conforme quesitos a seguir.

PARTE 1 – ESTRUTURA TEXTUAL GLOBAL		
(A) ABORDAGEM DO TEMA	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato selecionar argumentos convenientes, dentro do perfil esperado, assim como a boa qualificação desses argumentos.		
(B) PROGRESSÃO TEXTUAL	4 pontos	
Considera a capacidade de o candidato mostrar coesão e coerência entre os parágrafos componentes do texto por ele redigido, assim como a distribuição do tema por uma evolução adequada de suas partes.		
(C) SUGESTÃO DE SOLUÇÃO	2 pontos	
Considera a capacidade de o candidato indicar soluções adequadas para o problema levantado pelo tema.		
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 1	10 pontos	
PARTE 2 – CORREÇÃO GRAMATICAL		
	PONTUAÇÃO	DEDUÇÃO A CADA ERRO
(A) SELEÇÃO VOCABULAR	2 pontos	0,2 ponto
Considera problemas de inadequação vocabular, troca entre parônimos, emprego de palavras gerais por específicas, emprego de vocábulos de variação linguística inadequada, marcas de oralidade.		
(B) ACENTUAÇÃO E ORTOGRAFIA	2 pontos	0,2 ponto
(C) CONCORDÂNCIA E REGÊNCIA	2 pontos	0,4 ponto
(D) ESTRUTURAÇÃO DA FRASE	2 pontos	0,4 ponto
Considera problemas gerais de construção frasal.		
(E) PONTUAÇÃO E SINAIS GRÁFICOS	2 pontos	0,2 ponto
PONTUAÇÃO MÁXIMA – PARTE 2	10 pontos	

MARIA SILVA, servidora aposentada do Estado do Ceará, constatou uma série de descontos em seus proventos, lançados sobre a rubrica de empréstimo consignado, totalizando, ao final de alguns meses, o montante de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Em contato com a Unidade Gestora do benefício previdenciário, foi informada que os descontos são lançados automaticamente pela empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA. Ocorre que MARIA SILVA nunca fez empréstimo consignado nem reconhece a dívida, assim, compareceu à ataruação do Juizado Especial do TJCE e propôs um pedido de declaração de inexistência de relação contratual com a empresa, devolução dos valores indevidamente descontados dos proventos e repetição em dobro do indébito. Liminarmente, pediu a cessação imediata dos descontos. Posteriormente, em um aditamento da ataruação, MARIA SILVA juntou provas de que a empresa ALFA CONSIGNADOS LTDA havia procedido do mesmo modo com outros aposentados e que estava em processo de falência, apresentando, então, os dados do administrador da massa falida.

Redija um texto dissertativo coeso e com adequada concatenação de argumentos, abordando os seguintes aspectos do caso apresentado, quanto à possibilidade de: 1) petição sem advogado para o valor da causa apresentado; 2) deferimento do pedido liminar; 3) condenação da restituição em dobro; 4) julgamento de mérito da causa apresentada no âmbito do juizado especial. Conclua o texto apresentando uma possível solução para a demanda judicial.

SELEÇÃO PÚBLICA PARA DESIGNAÇÕES DE JUÍZES LEIGOS NO SISTEMA
DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO ESTADO DO CEARÁ

PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	





INSTRUÇÕES

É facultativo uso de máscara durante toda a prova. O álcool em gel se encontra disponível para o uso dos candidatos.

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta indelével, fabricada com material transparente.
2. Não serão permitidas, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos e a utilização de máquinas calculadoras, aparelhos eletrônicos, celulares ou similares; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Será eliminado do Processo Seletivo o candidato que, durante a realização da prova, for surpreendido utilizando ou portando, mesmo que desligados, os seguintes equipamentos: *beep*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo *pen drive* etc; livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação; óculos escuros, protetor auricular, chapéu, boné, gorro etc.
3. Para garantir a isonomia e a lisura do Processo Seletivo, os candidatos poderão ser submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e saída de sanitários, bem como em outros momentos que a Coordenação julgar necessários durante a realização das provas.
4. **A prova objetiva será composta por 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha sendo: 15 (quinze) questões de Direito Civil e Direito Processual Civil; 15 (quinze) questões de Juizados Especiais Cíveis e Criminais e Direito do Consumidor aplicado aos Juizados Especiais Cíveis; e, 10 (dez) questões Direito Administrativo, Direito Tributário e Resoluções nº 174 do CNJ, 02/2019 e 06/2022 do Órgão Especial do TJCE, cada uma com 4 (quatro) opções de resposta (A, B, C e D), das quais apenas 1 (uma) está correta. A prova dissertativa será composta por 1 (uma) dissertação acerca de tema jurídico da atualidade.**
5. O candidato, ao receber o Caderno de Provas, deverá conferi-lo, solicitando a imediata substituição, caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão.
6. As provas objetiva e dissertativa terão duração 4 (quatro) horas. O tempo de duração das provas abrange também a assinatura e transcrição das respostas para a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (dissertativa).
7. **Ao terminar a prova, o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar ao Fiscal de Aplicação a Folha de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (prova dissertativa), que serão utilizadas para a correção de sua prova. O candidato que descumprir a regra de entrega de tal documento será ELIMINADO do Processo Seletivo.**
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não será permitido ao candidato realizar anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá se retirar do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato também poderá se retirar do local de provas somente a partir das 2 (duas) horas após o início de sua realização; contudo, não poderá levar o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado o Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise pela Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas será publicado no Diário do Judiciário eletrônico – DJe e disponibilizado nos endereços eletrônicos www.tjce.jus.br e www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 20h00min (horário local) do dia 18/09/2022.

- O prazo para a interposição dos recursos será de 1 (um) dia útil, contado do primeiro dia útil subsequente à da data da publicação do gabarito ou resultado objeto do recurso. Os recursos deverão ser apresentados ao Instituto Consulplan via endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, clicando no *link* correspondente “Interposição de Recurso”, disponível até as 23h59min do último dia recursal. O candidato deverá seguir as orientações de envio dispostas no endereço eletrônico.